



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 085.2.55.O

DATA: 15/04/16

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 23h52min

TÉRMINO: 4h44min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 85ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Felipe Bornier, 2º Secretário.

Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 23 HORAS E 52 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 491 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Continuando a discussão, concedo a palavra ao Sr. Deputado Vinicius Carvalho, pelo PRB, que tem 51 minutos restantes.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, que Deus abençoe o Brasil! Que Deus abençoe Israel!

Gostaria de dizer que as minhas primeiras palavras são de frustração. É frustrante estar nesta Casa legisladora em que nada se consegue produzir porque um fantasma da Presidência da República nos assombra todos os dias. É frustrante, pois esse grupo de representantes bem-intencionados não consegue encaminhar nada de concreto porque a crise política não permite outra agenda.

E o que vemos deste planalto é o que sentimos quando andamos pelas planícies do Brasil: um cenário quase de terra arrasada. Não há como um bem-intencionado Parlamentar caminhar pelas ruas da sua região e não ouvir as lamentações dos seus eleitores. Não há como não se sentir cobrado, quando, andando pelas ruas da sua cidade, vê comércios que até pouco tempo tinham o quadro de funcionários completo e agora demitem mais da metade de seus funcionários. É triste sentir a cobrança do eleitor cidadão que, mesmo qualificado, ouviu do gerente que foi demitido. Um sentimento de impotência nos abate, quando esse filho pródigo da nossa terra nos implora para que façamos alguma coisa.

O desalento que eu encontro em cada esquina é o que me motiva a estar aqui para decidir, com rigor, que aquelas pedaladas fiscais, que não são apenas uma ironia da crônica política, significam verdadeiramente uma fraude contábil que encontra resposta no próprio Código Penal.



Respondo para esses cidadãos desalentados que não esperem de mim um julgamento penal da Presidente, porque me falta a competência formal para decidir. Mas lhes digo que tenho, sim, competência política para ajudar a autorizar o processo que pode nos livrar da assombração, da desconfiança e da inação.

Assegurei a todos os que me questionaram que estaria aqui, nesta semana, para votar “sim” e mudar o Poder Executivo do Brasil. A nossa população não pode mais esperar que ideias sábias surjam do Palácio do Planalto, porque em todos esses anos não veio nenhuma.

Ninguém esquece as bravatas que levaram à ruína a PETROBRAS. Mas não fica apenas nisso a minha motivação de estar aqui. A população não quer mais aceitar passivamente que a Presidente receba, no Palácio do Planalto, um chefe de bando que discursa fazendo ameaças à população ordeira e produtiva e também a nós Parlamentares. Todos aqui se lembram desse episódio.

Este País de história e decisões heroicas não pode aceitar que um delinquente cometa um crime dentro de um edifício símbolo da República. Se nós deixarmos a Presidente permanecer com as bravatas ameaçadoras, nos tornaremos cúmplices de crime igual, como o que ameaçou a integridade física e patrimonial das pessoas.

Foi isso o que aquele militante criminoso vociferou do púlpito do Palácio do Planalto — pasmem-se, amigos! —, com os aplausos da até agora mandatária desta Nação.

Fiquei a pensar na cena do aplauso. A ideia mais benevolente que eu tive foi a de que ela cometeu um suicídio político, a se confirmar aqui, nesta Casa.



O que me motiva agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de concordar plenamente com o irretocável parecer do Deputado Jovair Arantes, é considerar também, na hora de declarar o meu voto, a omissão dolosa da Presidente da República com o crime de ameaça perpetrado dentro do Palácio. A Presidente poderia ter interrompido a fala do militante durante a cerimônia ou poderia, ainda, divulgar uma nota em que repudiava a ação dele. Como não o fez, foi, no mínimo, omissa.

Prestem bem atenção ao que este Governo fez com o País: este Governo, com sua atitude de desmando, separou o Brasil entre nós e eles. Isso é inconcebível para nós Parlamentares aceitarmos.

Este Governo fez isso com a nossa bandeira. (*Mostra bandeira*). Ela não está rasgada. Eu simplesmente providenciei duas bandeiras porque sou patriota e não rasgo a nossa bandeira, coisa que eles fizeram.

Por todos esses motivos, meus amigos, com muita consciência e muita justiça, eu conclamo todos para, no dia da votação, votarem “sim”, pelo *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, como todos os Deputados do PRB farão nesse dia.

O Brasil é um só. Que Deus abençoe o Brasil!

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Felipe Bornier, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna nesta noite para dizer, sinceramente, que gostaria de estar aqui em outra situação, fazendo aquilo que o



meu partido se predispõe a fazer, quis fazer e continuará perseguindo fazer, que é ajudar o Brasil a crescer.

Gostaria de estar aqui trabalhando para que políticas públicas fossem implementadas em nosso País, para que a população pudesse ter mais emprego, mais renda e mais ação social do Governo Federal.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, com muita tristeza, que todas as vezes que nós andamos pelas ruas do nosso País, todas as vezes que nós andamos nas comunidades, nos aeroportos, nos pontos de ônibus, por onde nós andamos, nós vemos um lamento só em função da crise que, a cada dia, assola o povo brasileiro; que, a cada dia, prejudica aquela população mais pobre, que necessita da ação do Governo e acaba sendo a mais prejudicada.

É com muita tristeza, Sr. Presidente, que estou aqui para dizer que, onde quer que estejamos, não há outro discurso. O discurso é o mesmo: *“Não acreditamos mais na autoridade dessa Presidenta que hoje está à frente do Brasil”*.

São vários os problemas que enfrentamos em nosso País em função da crise econômica, como problemas socioeconômicos, desemprego, fechamento de empresas — o que aumenta o desemprego. Sabemos, minha gente, que as pessoas que necessitam das ações do Governo são pessoas simples, humildes, que acreditaram neste Governo e hoje estão decepcionadas com ele.

Sr. Presidente, apesar do desastre econômico e da constatação das anormalidades éticas, o Brasil está acima de tudo, e nós sabemos que juntos podemos muito mais.

Todos os dias, Sr. Presidente, quando vou dormir, eu fico a meditar, penso no que fazer, na participação que nós poderíamos dar para melhorar a situação do



País. Mas, ao mesmo tempo, Deputado Lincoln Portela, Deputada Rosângela, vem à minha mente o seguinte: o que este Governo deixou de fazer para levar o País ao caos em que se encontra?

Quando conversamos com a população, ela tem a resposta na ponta da língua. Sabem por quê? Porque sua, porque geme, porque chora, pois o Governo vive um desmando, e a população é prejudicada. Cada vez que abrimos os jornais, ou temos a informação vinda dos veículos de comunicação, vemos que surgem aproximadamente 280 desempregados por hora. Isso é um absurdo em um País que diz que trabalha para os trabalhadores.

O Governo perdeu totalmente a credibilidade. Nós conversamos, por exemplo, com empresários, com pescadores, com as domésticas, e todos estão descrentes. Conversamos também com advogados, médicos, enfermeiros. De norte a sul, a população está completamente descrente em relação ao Governo.

É evidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que a população que confiou o voto a cada um de nós nos pergunta: *“Eu dei o meu voto de confiança para os senhores me representarem. O que os senhores vão fazer?”*. Certamente, nós que respeitamos os nossos eleitores temos que tomar uma atitude que possa minimizar o sofrimento da população. E essa atitude passa, sim, pelo apoio à admissibilidade do processo de *impeachment* no domingo.

Quando decidimos apoiar este Governo, em 2014, o nosso Presidente, Marcos Pereira, condicionou esse apoio, essa parceria, a duas coisas. A primeira era o equacionamento, o equilíbrio das contas da economia, coisa que não aconteceu, Deputado Beto Mansur. A segunda era a participação efetiva do nosso



partido no Governo, a nossa contribuição com ideias positivas para que pudéssemos, então, ajudar o País, coisa que não aconteceu.

No dia em que nós votamos pela admissibilidade do processo na Comissão Especial do Impeachment, eu usei da palavra para dizer que nós não estávamos cometendo nenhum golpe, até porque nós não somos irresponsáveis a ponto de cometer um golpe.

Com base na Constituição Federal — e numa atitude que depende de nós, que é um compromisso nosso, um direito nosso, uma prerrogativa nossa, e por isso estamos aqui —, nós chegamos à conclusão de que houve, sim, crime de responsabilidade, um atentado à Constituição Federal. E com base na Constituição é que nós tomamos essa atitude. Nós não estamos cometendo nenhum tipo de crime, tampouco um golpe.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui para aprovar a admissibilidade do processo de *impeachment*. Depois que a maioria da Comissão aprovou a admissibilidade, cabe a esta Câmara dos Deputados seguir o mesmo pensamento e deixar que o Senado Federal analise se os atos imputados a Dilma caracterizam crime de responsabilidade.

Sr. Presidente, o processo que aqui vamos votar, como disse, tem o fato jurídico apontado e definido. E, em razão dele, vamos decidir se deve ou não seguir para o Senado, Deputado João Campos. Mas a motivação de cada Parlamentar se dará também pelas razões políticas que cada um tem. O nosso convencimento é, sim, político e será intimamente influenciado até por situações anteriores.



Imaginar que se pode apagar uma parte da memória porque o mandamento jurídico limita os acontecimentos ao ano de 2015 é o mesmo que obrigar um ser humano a se transformar em um computador, em um ser sem alma.

Como posso esquecer a gestão que acabou com a PETROBRAS, se vejo a crise bater às portas da Bahia e destruir a economia de Camaçari? Sempre, nas redes sociais, várias pessoas dizem: *“Estou desempregado, porque as empresas do polo petroquímico fecharam as portas. Não tenho como levar o pão de cada dia para a minha casa”*. Por que devo esquecer quem era a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, quando decidiram a compra absurda da Refinaria de Pasadena?

Eu não esquecerei, na hora do meu voto, o ímpeto voluntarista e autoritário da Presidente, que quebrou os contratos com as distribuidoras de energia elétrica e conseguiu, com isso, a desconfiança do Brasil.

O diagnóstico da quebra de confiança no País se materializou mais à frente. Todas as agências de classificação de risco rebaixaram o grau do Brasil. Não podemos entender isso como uma conspiração estrangeira. O que elas fizeram foi constatar os números da crise e traduzi-los na forma de crescente desconfiança na condução da economia brasileira.

A economia é, em essência, uma relação de confiança entre pessoas que têm interesse. Se num dia se diz que o contrato vale e no outro se modificam as regras escritas, os parceiros não aceitam. Os que já investiram terão prejuízos. Os que ainda analisavam as oportunidades de investimento desistem: *“Se quebraram contratos com os outros, por que não os quebrarão comigo?”*



O povo sabe muito bem dos decretos ilegais, das pedaladas fiscais e da corrupção gigante da PETROBRAS. Nós somos representantes do povo. E a exorbitante maioria do povo quer que se vote pela condenação dos responsáveis pelo crime de abertura de créditos sem autorização deste Poder.

Deputado Lincoln Portela, esta Casa não é um apêndice do Governo Federal. Esses decretos, por lei, deveriam passar por esta Casa, para a sua aprovação, e não passaram. Por si, só isso já é um crime que dá a esta Casa a autorização para cassar o mandato da Presidente.

Nós somos a voz da maioria silenciosa e ordeira que não quer mais ver o Brasil passar tão vergonhoso momento. Já passamos por isso em épocas passadas. A situação, absurda, leva as autoridades brasileiras a não terem coragem de ir à reunião do Fundo Monetário Internacional. Isso é um absurdo! Nós não aguentamos mais essa situação!

Quero deixar claro também, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, que as denúncias dos crimes de responsabilidade atribuídos à Presidente foram minuciosamente analisadas pela nossa bancada de 22 Parlamentares, e, com muita responsabilidade, com a alma pura, tranquila, nós entendemos que, sim, foi cometido um crime. Por isso, esta Casa e o nosso partido têm que se colocar.

É importante frisar também, senhoras e senhores, que, ao votar pelo impedimento da Dilma Rousseff, o PRB cumpre rigorosamente o que estabeleceu na sua convenção de 30 de junho de 2014, quando homologou, como eu disse aqui, o apoio do partido à reeleição da Presidente da República, colocando dois pontos: primeiro, o equilíbrio da economia; e, segundo, a participação do nosso



partido. Foi esse o compromisso feito com este Governo pelo nosso Presidente, Marcos Pereira, mas isso não aconteceu.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras dizendo que os nossos 22 Parlamentares, neste domingo, estaremos aqui, de peito aberto, com a alma tranquila, acreditando que essa postura que nós tomaremos vai fazer com que o nosso País possa voltar a ter esperança, voltar a sonhar, voltar a pensar num dia melhor. E vamos votar com tranquilidade, porque daremos a este País a oportunidade de voltar a crescer.

Domingo, vamos votar com fé em Deus, acreditando que estaremos fazendo justiça para nosso País.

Vamos votar “sim” ao *impeachment!* (Palmas.)

O SR. JOÃO CAMPOS (Bloco/PRB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, quero cumprimentar o meu partido, o PRB, exemplo de unidade e compromisso com o País. Cumprimento o Presidente Marcos Pereira e o Líder Márcio Marinho.

O PRB foi o primeiro partido a deixar a base do Governo, onde colaborava administrando o Ministério do Esporte. Depois, foi um dos primeiros partidos a manifestar apoio ao *impeachment*. As duas decisões foram tomadas por unanimidade, portanto, de forma consensuada, o que revela a nossa unidade.

Ao tomar posse, jurei cumprir a Constituição da República e as leis. Tenho pautado a minha atuação tendo como parâmetro este juramento, e não será agora, na votação do *impeachment*, que agirei diferente.

Estou convencido de que não há golpe em curso no Congresso Nacional. Ao contrário, existe um processo de *impeachment* que obedece à Constituição, às leis e



ao Regimento Interno desta Casa. Basta considerar, além de outras circunstâncias, que o Governo, ou os seus apoiadores, propuseram, ainda no ano passado, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378 e, já neste ano, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.498, e os Mandados de Segurança nºs 34.127, 34.128, 34.130 e 34.131.

Em todos esses casos em que o Governo ou os seus apoiadores foram à Suprema Corte, o objeto das ações não foi nenhuma questão de mérito. Foi sempre questão de natureza procedimental.

Por que não propuseram ação atacando o mérito, sustentando, por exemplo, que as condutas da Presidente Dilma não constituem crime de responsabilidade? Porque sabem que os crimes de responsabilidade estão configurados. Logo, não há golpe. Ninguém aqui está rasgando a Constituição. Onde está o golpe? O relatório do Deputado Jovair Arantes é convincente, jurídico e consistente.

O PT e o Governo não encontraram argumentos de defesa. Portanto, apelaram para um chavão, uma frase de efeito, apenas retórica. E gritam: “*Golpe! Golpe!*”

Se golpe fosse, o Supremo Tribunal Federal já teria sido provocado pelo Governo ou por alguns de seus apoiadores. E, certamente, como guardião do Estado Democrático de Direito, à sua unanimidade, já teria se pronunciado e não permitiria que tal acontecesse.

Não é golpe! Não é golpe! É *impeachment!* Os crimes estão configurados.

Neste momento da nossa história, tenho uma responsabilidade diferenciada. A mim não cabe apenas me manifestar, me indignar, ir às ruas, usar as redes sociais. Como Deputado Federal, poderei fazer tudo isso, mas, agora, tenho o dever



de votar “sim” ou “não” ao *impeachment*. Farei isso entendendo que a realidade posta faz com que as questões partidárias e as questões de Governo sejam menores. O Brasil é maior. E será pelo Brasil e pelo nosso povo que votarei “sim” ao *impeachment*, entendendo que não afastaremos apenas a Presidente Dilma, mas toda a equipe de governo, inclusive quem está nomeado Ministro, porém impedido de tomar posse, e, além disso, está com o pedido de prisão a ser decretado.

Eu, conscientemente, sem ódio, sem rancor, sem revanchismo, reafirmo: votarei “sim” ao *impeachment*. Votarei convencido de que a Presidente Dilma cometeu crimes de responsabilidade.

Ora, editar decretos que alteram o Orçamento à revelia do Congresso Nacional não é crime? Claro que é crime! Recorrer a empréstimos de bancos oficiais, as chamadas pedaladas fiscais, porventura não é crime? É crime! Essas condutas tiveram consequências na vida do povo brasileiro.

Eu votarei “sim” porque não posso me abstrair da realidade presente. A realidade é dura. O povo sabe e sofre essa realidade. Não temos mais Governo, temos desgoverno. Senão, vejamos: milhões de jovens e pais de família estão desempregados, a inflação está em alta, os juros estão exorbitantes, há ausência de investimentos e falência de empresas. Cresceram em 31% os pedidos de falência, dos quais 88% são de pequenas empresas. Temos a maior desvalorização do nosso dinheiro em relação ao dólar desde o Plano Real. Em janeiro último, a cotação chegou a R\$4,16, Deputado Lincoln Portela. As taxas de juros chegaram a 14,25% ao ano.

Em janeiro, o FMI anunciou que o Brasil é um dos maiores responsáveis pela piora do crescimento mundial nos próximos 2 anos.



A situação das contas públicas no Brasil é muito grave e continua se agravando, com consequências para Estados e Municípios. O PIB do Brasil caiu 3,8%, em 2015. Foi o pior resultado desde 1990.

Em profunda recessão, as famílias dos trabalhadores estão sofrendo com a diminuição da renda e com o desemprego. As contas de luz, água e telefone já não são pagas. O cartão de crédito está atrasado. As compras de supermercado estão limitadas. O povo está sofrendo.

A crise provocada pela incompetência do Governo do PT disparou o índice da miséria em nosso País, que chegou a 18,18%. Esse índice é um dos piores do mundo. O pior índice de miséria é o da Venezuela, com 80%; o segundo é o da Argentina, que é pouco acima de 30%; o terceiro é o da África do Sul; o quarto é o do Brasil.

O que fizeram do Programa Fome Zero? Cadê o Programa Fome Zero? Propaganda? *Marketing*? Chega de engano, de estelionato, de mentiras! Governar é coisa séria!

A violência no Brasil é assustadora. Não foi suficiente o Congresso Nacional aprovar o Estatuto do Desarmamento e a nova Lei Antidrogas. O Governo nada fez e, por isso, o cidadão de bem está desarmado, mas os bandidos continuam armados e o narcotráfico continua sendo uma atividade promissora. Armas e drogas matam. Assusta-nos a taxa de 59 mil homicídios ao ano. Houve 47 mil estupros, isso significa uma mulher violentada a cada 11 minutos.

Enquanto isso, o Governo contingenciou, nos últimos 10 anos, 21 bilhões de reais deste setor. Esse dinheiro, bem aplicado, salvaria vidas. Isso também é crime. Ou não é?



E a corrupção? Desde que o PT assumiu o Governo do Brasil, em 2003, com Lula sucedido por Dilma, a corrupção passou a ser sistêmica. É como se fosse uma diretriz do partido e um programa de governo.

Chega! Basta! É preciso mudar!

Parabéns à Polícia Federal do Brasil! Parabéns ao Juiz Sérgio Moro e ao Poder Judiciário! Parabéns ao Ministério Público Federal!

É preciso mudar! O Brasil não pode esperar. E a única alternativa de mudança já, prevista na Constituição, é o *impeachment*. Precisamos criar um ambiente de unidade nacional, de esperança, de expectativas positivas. E isso só será possível se possibilitarmos que outro Governo se estabeleça na forma da Constituição.

Que Deus tenha misericórdia do nosso País!

Portanto, por Goiás e pelo Brasil, *impeachment* já!

Muito obrigado. (*Palmas no plenário.*)



O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, agora é o tempo destinado às Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - O tempo será destinado às Lideranças partidárias.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna para trazer minha palavra ao povo brasileiro. Na primeira vez, falei sobre as questões que estão em pauta. Mas eu gostaria de, neste momento, não que esteja fugindo do tema, aproveitar para parabenizar e até agradecer às milhares de igrejas evangélicas que, não só de sexta para sábado, mas de sábado para domingo, estarão em vigília, em oração, pedindo a Deus pela Nação brasileira, pedindo que a decisão tomada nesta Casa seja a melhor para o Brasil.

Não estão os evangélicos e os demais religiosos neste Brasil pedindo a Deus e apontando a solução, mas estão pedindo a Deus uma solução. O povo evangélico, preocupado com o bem da Nação, tem sempre rogado a Deus pelos Parlamentares e por todos que chegam a esses microfones.

Esperamos, a partir das decisões aqui tomadas, ter mudanças para o nosso Brasil. Independentemente do que venha a acontecer, entendemos que Deus tem o melhor para esta Nação.

Parabenizo os evangélicos e as igrejas evangélicas. Que Deus recompense todos do sacrifício que estão fazendo nesta madrugada, pedindo a Deus, em suas orações, pela Nação, pedindo a Deus por todos nós Parlamentares que estamos nesta Casa.

Agradeço a atenção dos companheiros e companheiras.

Muito obrigado, Brasil.

Que Deus nos dê o melhor resultado para esta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga, para falar pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputadas, Deputados e todos que nos assistem neste momento, é interessante ver que houve uma mudança de clima neste plenário.

Alguns Parlamentares que representam partidos que já estavam no acordão, ontem, em seus discursos, defendiam uma conciliação nacional. Eu fiquei impressionado quando cheguei hoje e vi esses mesmos Parlamentares, que tinham ontem um discurso afável, se dirigindo à população brasileira dessa forma, voltarem a um discurso violento de incitação ao ódio. Por quê? Vamos manter o equilíbrio. Vamos manter o mesmo discurso.

Nós do PSOL denunciemos e vamos continuar a denunciar o acordão. Acordão esse para fazer com que o PMDB Nacional ocupe a cúpula de todos os Poderes da República — Renan Calheiros, a Presidência do Senado; Eduardo Cunha, a Presidência da Câmara e a Vice-Presidência da República; e Michel Temer, a Presidência da República —, para colocar em prática o projeto que já apresentaram para o Brasil, *Uma Ponte para o Futuro*, que é um acelerador do passado; para acabar com a política de valorização do salário mínimo; para a independência total e formal do Banco Central, o que nada mais é do que garantir ainda mais liberdade aos banqueiros.

Eu não posso deixar de perguntar aos Parlamentares do PSDB: V.Exas. estão no acordão para levar o PMDB à cúpula de todos os Poderes da República ou não? Os jornais estão dizendo que V.Exas. estão blindando Michel Temer, que estão blindando Eduardo Cunha.



A mesma pergunta eu faço aos Parlamentares do Democratas: V.Exas. estão blindando Eduardo Cunha e Michel Temer? Fazem parte do acordão ou não?

Faço esta pergunta por um motivo simples. Para a formação da Comissão Especial que trata do *impeachment* do Vice-Presidente da República, V.Exas. se negaram a fazer indicação de participantes.

Nós do PSOL denunciemos o acordão.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, ao Deputado Givaldo Vieira, pelo PT.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pesquisa Vox Populi feita nestes dias demonstra que a conversa é outra: 58% dos brasileiros declararam que o afastamento da Presidenta Dilma não é a solução para os problemas do Brasil.

Eu queria dirigir-me àqueles que ainda defendem o golpe para perguntar: V.Exas. desejam envergonhar o Brasil diante do mundo? Hoje o jornal *The New York Times*, um dos maiores e mais respeitados do mundo, publicou na sua capa: *Honesto, Dilma pode ser afastada por criminosos*. É isso que V.Exas. querem? Querem tirar o Governo de uma pessoa que o mundo inteiro sabe que é do bem para entregá-lo à dupla Temer e seu vice-réu Cunha?! Vão passar o Governo a um sem-voto?!

Na pesquisa Datafolha, Temer teve 2% de preferência para Presidente. Temer já traiu Dilma e vai trair V.Exas. que receberam promessas da parte dele. É um traidor.

Temer organizou um acordão com a elite empresarial do País, representada pela FIESP. V.Exas. sabem o que querem com esse acordão? Retirar direitos dos trabalhadores e da cidadania. Está no programa do Temer, ele disse: *“Vamos ter muitos sacrifícios pela frente.”* Chamou o Bolsa Família de programa de transição, indicando o seu fim. Falou do fim do reajuste automático do salário mínimo e de cortes nos direitos dos aposentados. Temer fez o acordão para aprovar o fim da CLT: vai ser a livre negociação entre patrão e empregado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, eu quero saudar a militância do meu Estado do Piauí e todos os acampados do Brasil. Peço que a intensifiquem neste domingo, porque não vamos deixar o golpe passar. O povo brasileiro não pode voltar ao passado.

Quero dizer que este processo nasce de uma vingança contra o Partido dos Trabalhadores porque não aceitou fazer a pactuação da não admissibilidade do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. Poucas horas depois Eduardo Cunha, rancoroso, raivoso, vingativo, instalou o processo de *impeachment*, irado porque nós não aceitamos assinar aquela falcatrua.

Quero dizer que o relatório de Eduardo Cunha, assinado por Jovair Arantes na “Comissão do Golpe”, é mais uma negociata feita na calada da noite, porque prometeram ter esse Deputado como substituto do Presidente desta Casa. Um processo que já nasce nessas condições não tem nenhuma credibilidade.

Mas quero dizer para o povo brasileiro sobre esse pacto satânico coordenado pelo usurpador Temer, feito na calada da noite: os que não respeitam o pacto das urnas não vão respeitar nenhum acordo feito na calada da noite.

É por isso, senhores e senhoras, é por isso, povo brasileiro, que a forma que nós temos de manter e segurar a nossa democracia é com o povo nas ruas, porque eu não acredito que nesta Casa nós tenhamos 342 Deputados capazes de sujar as suas mãos!

Hoje, no *Jornal Nacional*, foi noticiado que mais 52 milhões de dólares foram depositados nas contas de Eduardo Cunha. Como vamos permitir que esse tipo de pessoa seja levada à condição de Vice-Presidente desta Nação? É punir uma



mulher honesta para colocar corruptos no comando do País, sob o pacto de enterrar a Operação Lava-Jato. O povo brasileiro não vai permitir isso.

Vamos dizer “não” ao golpe! Vamos dizer “não” aos corruptos! Vamos dizer “sim” à democracia, defendendo a nossa bandeira e o nosso Hino Nacional! No próximo domingo, todos nós vamos votar “não” a esse golpe ridículo coordenado pelos grandes corruptos Michel Temer e Eduardo Cunha! (*Palmas.*)

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Boa noite!

A Presidenta Dilma, com certeza, consolida-se na história do Brasil como uma cidadã brasileira das mais perseguidas da história deste País. No seu Governo, os que defendem o *impeachment* com apenas 15 dias de gestão do segundo mandato já pediram a cassação da Presidenta Dilma por crime de responsabilidade.

Portanto, mesmo que os companheiros desta Casa não concordem com a nossa argumentação, o que ocorre aqui é uma tentativa de golpe. A história, mais uma vez, será implacável com os que propõem o golpe. Onde estão os que perseguiram Vargas? Onde estão os que perseguiram JK? Onde estão os que perseguiram João Goulart? Estão todos na lata de lixo da história.

Portanto, mais uma vez, o povo brasileiro precisa perceber que, após o golpe, o que vem para o povo são atrasos, retrocessos. E esses retrocessos têm um nome. Chamam-se *Uma Ponte para o Futuro*. Na verdade, são um viaduto para o atraso!

A “ponte para o futuro” propõe romper o Plano Nacional de Educação, que quer atingir a marca de 12 milhões de jovens nas universidades públicas deste País. Os Governos de Lula e de Dilma colocaram nas universidades mais 6 milhões de jovens. Na “ponte para o atraso” disseram que vão cobrar mensalidades nas



universidades. A “ponte para o futuro”, de Michel Temer, propõe cobrança no Sistema Único de Saúde. A maioria desses Deputados desta Casa diz que é municipalista, e o programa propõe desvincular receitas. Vão desorganizar o Sistema Único de Saúde. Vão desorganizar o FUNDEB. Vão desorganizar a educação, da creche até a universidade.

Os Deputados que vieram aqui defender o golpe sempre apelam para o cinismo patriota, defendendo esta que é a bandeira de todos os brasileiros. Eu tenho medo é de quem não tem bandeira! Eu tenho medo é do discurso apolítico! Eu tenho medo é daqueles que tentam o poder sem voto, porque a história já comprovou: o caminho é o golpe de Estado, o caminho é o golpe com ares de legalidade, o caminho é chegar à Presidência sem nenhum voto. Depois é o retrocesso para o trabalhador.

Muitos que falaram aqui não admitem, mas acham que a Constituição não cabe no capitalismo brasileiro. Esta Legislatura compõe-se de uma maioria apenas numérica, que não representa a política nem a sociedade brasileira! Este Parlamento, conduzido por um réu acusado de corrupção, é culturalmente contra a Constituição de 1988. Quer rasgar a Constituição, quer o retrocesso, quer o capitalismo mais selvagem, quer romper os avanços dos Governos Lula e Dilma. E os milhares de pessoas que nos estão assistindo sabem disso, os milhares de eleitores dos Deputados que estão aqui sabem disso. *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Shéridan, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, meus colegas, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores. Antes de mais nada eu gostaria de lembrar que o meu voto é pela razão, e não pelo coração; meu voto é pela consciência, e não pela negligência; meu voto é pela responsabilidade e, acima de tudo, pelo meu compromisso com o meu Estado de Roraima e com o Brasil.

É incontestável que houve, sim, um crime. Existem provas jurídicas, existem provas políticas que atestam a veracidade de tudo isso e que respaldam, paralelamente à Constituição, a afirmação de que existiu um crime, sim. E o meu papel, como Parlamentar, é defender a decência do meu País.

A realidade atual da população brasileira, em todos os cenários, é muito triste, é lamentável.

A situação se reflete significativamente em todas as áreas. Na educação houve cortes no PRONATEC, no FIES, enfim, foram milhões. Na saúde houve negligência, não houve sequer uma campanha para alertar a população brasileira com relação ao zika vírus, por exemplo. O Brasil se enche de desespero com epidemias gravíssimas, como a gripe H1N1. Paralelamente a isso, faltam medicamentos e os hospitais encontram-se em estado de abandono. Os nossos aposentados, que se dedicaram a vida toda ao País, hoje amargam a instabilidade de não terem a certeza de seus direitos.

O mais triste, paralelamente a tudo que está acontecendo, é o desemprego. Não existe nada que desestabilize mais uma família do que o desemprego. A cada



hora 300 pessoas estão desempregadas, na rua. Nós estamos falando de pais e mães de família que têm sua esperança cerceada e não sabem como oferecer aos seus filhos, à sua família uma vida digna. Estamos falando de mulheres que não têm a certeza do que vão levar para dentro de casa, do que vão pôr na mesa, no outro dia, para alimentar os seus filhos.

Falando em mulheres, somos 105 milhões de brasileiras. Dessas, 1 milhão e meio são chefes de família. São mulheres donas de casa, mulheres produtoras, mulheres indígenas, mulheres empresárias, mulheres do nosso Norte tão distante e pobre, mulheres do nosso Nordeste tão sofrido, mulheres brasileiras que tiveram pela primeira vez a oportunidade de ter outra mulher brasileira representando todas elas, todas nós.

Mas foi uma mulher que não teve a dignidade, a honradez, a força, a garra da mulher brasileira, de verdade, para representar todas nós e fazer o seu papel com decência. Uma mulher que fraquejou, que se curvou diante da possibilidade do erro, que se excedeu, que cedeu à corrupção, que cedeu à mentira, que cedeu às más práticas. E, o mais triste de tudo, foi uma mulher que não honrou a oportunidade de, verdadeiramente, representar todas nós mulheres do Brasil.

Ela fracassou. Ela não cumpriu o seu papel. Ela não me representa. Ela não representa a força de todas nós juntas. E não é com alegria que eu digo isso. Eu digo isso com muita tristeza. Afinal de contas, ninguém sabe quando haverá a oportunidade de se ter outra mulher na Presidência do Brasil. Porém, a Dilma não me representa.



Em nome das mulheres do meu Brasil é que faço essa referência respeitosa. A população feminina precisava, sim, de uma mulher que estivesse à altura de todas nós.

Ninguém pode voltar atrás para fazer um novo começo, mas qualquer um pode escolher o seu futuro. E eu espero que a referência de futuro que vai se construir a partir de agora seja a da responsabilidade que todos nós temos em cima do nosso voto: de escolhermos quem queremos para bem nos representar; de escolhermos o que queremos para o futuro; de sermos responsáveis pelo nosso futuro, escolhendo bem os nossos representantes.

Eu sou a favor do *impeachment!* Eu sou a favor do povo brasileiro! Eu sou a favor do Brasil!

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caros colegas, durante 13 anos o Brasil suportou eleições fraudulentas para Prefeitos e Vereadores, com o dinheiro da corrupção, de um grupo de apoio político a essa quadrilha que tinha como cabeças Lula e Dilma.

Durante 13 anos aguentamos esse grupo, que cavou um buraco no caminho da inflação, dos juros altos, da dívida interna, um furo gigantesco nas finanças públicas de uma economia desastrosa, do desemprego, da falta de saúde, de uma educação catastrófica, de uma segurança cada vez mais deprimente.

Depois de tudo isso, não havendo mais como raspar o tacho, utilizaram-se de recursos dos bancos públicos.

Além de todos os crimes que a Lava-Jato hoje torna transparentes; além de toda a corrupção em todos os programas, em todas as empresas públicas, em todos



os fundos de pensão; a Presidente Dilma, como não tinha mais de onde buscar recursos para tanta incompetência e desvio, cometeu crime de responsabilidade.

É por isso que nós estamos reunidos durante este fim de semana, para executar a Constituição brasileira. Seria irresponsabilidade, seria ilegalidade e seria um golpe se nós, se o próprio Banco Central, se o Tribunal de Contas da União, revelado esse desvio de recursos públicos bilionários, nada fizéssemos.

Nós sabemos que, com conchavos em alguns quartos de hotel, milhões são oferecidos, em uma estratégia, ao dizer: “Nem Dilma, nem Temer”. Mentira! Esses são votos comprados.

Aqui se vai decidir quem está a favor do *impeachment*, para que um crime seja punido; ou quem está contra o *impeachment*, para se passar a mão, mais uma vez, nas cabeças de criminosos.

Essa é a grande escolha que teremos ao votarmos no domingo, dia 17. Não há uma terceira via; não há uma quarta opção; não há um plano B.

O que a Constituição determina é fecharmos os olhos a peso de ouro, ouro dos brasileiros, ou executarmos a nossa lei e penalizarmos a Presidente Dilma pelos seus crimes, pelos seus desvios. Esse pode ser o primeiro passo, mas é um grande passo rumo à libertação do Brasil, depois de 13 anos de escravidão a um projeto de uma quadrilha que surrupiou o dinheiro público.

Senhores, só há duas vias: ou a absolvição dos crimes ou o cumprimento da Constituição, votando-se “sim” ao *impeachment*.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme manifestei anteriormente, o *impeachment* não é um processo unicamente jurídico. Aqui não estamos fazendo julgamento de mérito, não cabe a nós dizer se a Presidente cometeu ou não crime de responsabilidade, se as pedaladas fiscais podem ser entendidas ou não como operações de crédito a bancos públicos, ou adentrar em qualquer aspecto da matéria. Esse é o papel do Senado Federal.

Do ponto de vista político, tenho sido cobrado pela função até então exercida na Vice-Liderança do Governo, recentemente afastado por mudança partidária. Agradeço e reconheço que neste período muitos avanços aconteceram, e sigo confiante em que outros ainda advirão.

Porém, este é mais um encargo do que propriamente um cargo, que exerci com disposição e intensidade. E o fiz não porque estava vinculado a alguma benesse ou cargo em governo.

O meu partido, até então, nunca teve Ministérios ou posições de destaque. Portanto, exerci o cargo de Vice-Líder por acreditar no meu País, para ajudar a viabilizar as políticas públicas necessárias. Quem conhece a minha trajetória sabe do meu compromisso.

Aliás, destaco que recentemente retornei ao PSB — Partido Socialista Brasileiro, que tem posição de independência com relação ao Governo, mais um motivo para demonstrar que o meu partido nunca foi do toma lá, dá cá.



Devo ressaltar que o cargo que ocupo não é um cargo de nomeação ou indicação de qualquer governante. É, antes de tudo, um ato de confiança e vontade da população do meu Estado, em especial das cidades de Petrópolis, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Rio das Flores, Municípios onde fui o Deputado Federal mais votado.

Foram mais de 85 mil fluminenses, muitos deles de confissão cristã, católica ou de outras igrejas irmãs. Eles são os verdadeiros detentores deste meu mandato. A eles devo obrigações; a eles devo satisfação. Depois de muitas reuniões, consultas, debates e aconselhamentos, tomei a minha decisão.

A minha vida sempre foi marcada pela luta em defesa da democracia, entendida como vontade popular e respeito constitucional.

Pautado nestes princípios, comunico a todos que, durante a votação na Câmara dos Deputados, assumirei o voto em favor da admissibilidade do processo de *impeachment* e a sua instauração pelo Senado Federal.

Agradeço a todos os amigos, aos familiares e aos anônimos que colaboraram com esta decisão. Juntos decidimos! Juntos vamos buscar a solução!

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos vivenciando uma página triste da história do nosso País, escrita pelo descaso, desrespeito, dismantelo e desonestidade do Governo Federal.

A corrupção instalada de maneira sistêmica e a ausência de medidas sérias, transparentes e eficazes para equilibrar a gestão do País arruinaram a nossa economia, destruindo a nossa moeda e enfraquecendo o poder de compra da população. O comércio está vendendo menos, as indústrias estão produzindo



menos, as únicas coisas que crescem no País são os números do desemprego e da inflação — além do número de presos na Operação Lava-Jato.

Ninguém está acima da lei. Quero lembrar a todos que nenhum mandato eletivo traz consigo um escudo ou um antídoto para práticas ilegais. A Presidente Dilma praticou, sim, as pedaladas. Usou dinheiro de instituições financeiras públicas para custear despesas de seu Governo sem prévia autorização legislativa. Se fosse esse o caso de algum Prefeito do meu querido Estado do Piauí, certamente este já estaria cassado.

Sra. Presidente, deixo alguns questionamentos a V.Exa.: será que V.Exa. sabia do roubo da PETROBRAS, do superfaturamento de obras, do esquema de propinas que abasteceram sua campanha?

Não me restam dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, de que o golpe já aconteceu.

Também quero registrar o meu posicionamento contrário à permanência do Sr. Eduardo Cunha na Presidência desta Casa. O seu afastamento é necessário para garantir as mudanças tão esperadas pela sociedade.

Para finalizar, deixo algumas perguntas aos meus pares Deputados Federais. Qual o valor do futuro do Brasil? Qual o valor do futuro do nosso povo? Qual o valor do futuro dos nossos filhos? Seria um Ministério? Dois Ministérios? Cargos no segundo ou terceiro escalões? Dois milhões? Um bilhão? Quatrocentos mil? Viagens oficiais? Liberação de emendas?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sou casado e tenho duas filhas — Maria Luiza, de 7 anos, e Ana Maria, de 2 anos. Eu posso garantir a V.Exas. que o



futuro de minhas filhas não tem preço! O futuro do meu País não tem preço! O futuro do meu povo não tem preço!

“Sim” ao *impeachment!*



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para falar pela Minoria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero me dirigir ao povo brasileiro num momento, talvez, dos mais graves da história do nosso País, em que temos a obrigação de defender o Brasil. E este é o papel de cada Parlamentar que aqui está, independentemente do partido: defender o País, respeitando a Constituição.

Não vai haver golpe, vai haver *impeachment*! E o *impeachment* é um instrumento da democracia. O *impeachment* está previsto aqui, para salvar o País dos maus governantes, dos governantes que cometem crime contra o povo, contra o País. E houve crime. Não somos nós da Oposição que estamos dizendo. O Tribunal de Contas, por unanimidade — e há ali Ministros nomeados pelo ex-Presidente Lula, pela Presidente Dilma —, declarou que houve crime de responsabilidade.

Sabe quem foi a vítima? Você, cidadão brasileiro. O crime da Presidente Dilma, que foi desrespeitar o Orçamento, gastar de maneira perdulária o dinheiro do povo brasileiro, de forma irresponsável, criminosa, levou o País a esta situação de desemprego, de retorno da inflação, de desesperança.

Além do crime de responsabilidade, ela está totalmente envolvida nesse mar de lama em que se transformou o seu Governo. Ela não é apenas omissa, o que já seria grave: ela é corresponsável.

Destruíram a PETROBRAS. Roubaram o dinheiro do povo brasileiro e ficam dizendo: “*Ora, mas a Presidente Dilma não roubou, não matou*”. O dinheiro que roubaram do Brasil está fazendo falta na saúde: há gente morrendo; está fazendo falta na segurança: o Brasil vive uma verdadeira guerra, com 60 mil pessoas



assassinadas por ano no País, por omissão deste Governo criminoso que está aí, um Governo corrupto, irresponsável, que cometeu crime! E nós vamos ficar dizendo: “*Não, não pode! Coitada!*” Coitado do povo brasileiro!

Mentem tanto que agora já começam a dizer que não se pode tirar a Presidente, porque vai ser pior. É claro que isso é tentar travar pelo medo o povo brasileiro. Mas nós não somos covardes: nós temos, sim, que punir, para dar o exemplo, que é fundamental na vida de todas as famílias.

Eu criei os meus filhos e fui criado à base de exemplo. Eu tenho responsabilidade com os meus netos, e o exemplo é fundamental. Se a Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade, se o País está mergulhado na corrupção, nós vamos ficar de braços cruzados? É preciso dar o exemplo.

O *impeachment* é a salvação do Brasil, é o exemplo para começar uma política nova. Mas não se pode parar aí: é preciso punir os outros. A Operação Lava-Jato tem que continuar, porque, se deixarmos a Presidente Dilma, logo estarão dizendo: “*Fora, Moro!*” Eles já querem culpar o juiz que está dando a sentença aos criminosos. O juiz que dá sentença aos bandidos é tratado pelo PT como se fosse o culpado de tudo.

É preciso começar pelo *impeachment*. Na sequência, salvaremos o Brasil, mudando a maneira de se fazer política. É preciso dar exemplo e trabalhar com a verdade.

Impeachment já, a favor do Brasil!

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do meu partido e de parte das oposições, quero falar de duas coisas interessantes.



Em primeiro lugar, a Oposição fala muito em golpe, mas agora, pelos discursos de ilustres Líderes do Governo, membros do PT e de partidos que apoiam o atual Governo, já se verifica que eles já estão fazendo oposição ao Michel Temer, fazendo oposição ao futuro Governo. Quer dizer, já estão, no seu subconsciente, certos de que vão perder no domingo e ver o Brasil realmente assistir à vitória do *impeachment* e à vitória do povo brasileiro.

Essa história de golpe é uma técnica publicitária antiga: a de repetir, repetir, repetir uma mentira para tentar levar o povo a acreditar nessa mentira. Na realidade, não há golpe coisa nenhuma, Sr. Presidente. As Constituições brasileiras todas regulamentam o *impeachment*. Em todos os países do mundo existe *impeachment*. E no parlamentarismo existe o voto de desconfiança, que joga o governo no chão.

Nós estamos, Sr. Presidente, lutando contra o atual Governo, que tem na sua cabeça a Presidenta Dilma. Mas, caindo a Presidenta Dilma, todo o Ministério vai cair, todos os chefes de repartição vão cair. Tudo vai embora, e o País passará a viver, assim, um novo governo, numa nova etapa, numa nova época.

Sr. Presidente, quais são as razões, realmente, do *impeachment*, do impedimento? Não são apenas as pedaladas e os decretos. Há uma série enorme de coisas gravíssimas. Por exemplo, no caso da refinaria de Pasadena, nós perdemos mais de 800 milhões de dólares; na refinaria Abreu e Lima, 3 bilhões de dólares; no COMPERJ, 44 milhões de reais; na refinaria de Okinawa, 70 milhões de dólares; e em outras refinarias, cerca de 34 milhões de dólares; sem falar dos fundos de pensão, com os quais perdemos milhares de milhares de reais.

Sr. Presidente, a nossa luta é contra um governo que se vem revelando altamente deficitário. O atual Governo é um governo deficitário. E, quando o



Governo é deficitário e tem um grupo de pessoas que não defende como deve o interesse público, ele tem que ser afastado, para que realmente se possa dar caminho a novos líderes que deem ao País melhores dias.

Esta é a posição: nós estamos contra um governo que não só praticou ilegalidades, mas também desviou dinheiro público. E é por isso que o povo está nas ruas. O povo está nas ruas porque o País está perdendo milhões, milhões e milhões de reais, devido às deficiências do atual Governo.

Por isso, Sr. Presidente, precisamos, de fato, no próximo domingo, dar o nosso voto em favor do Brasil. Aliás, todo o mundo já sente a vitória do *impeachment*, inclusive os adversários, que estão fazendo oposição ao futuro governo. Todos nós estamos, na realidade, indo ao encontro das exigências da opinião pública, das exigências das lideranças de todo o País, que necessitam ver à frente do Brasil melhores dias, com um futuro governo, que será o de Michel Temer.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Victório Galli, para falar pelo PSC. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Jefferson Campos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PSD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara* ou por outros meios de comunicação neste momento importante que vive o nosso País, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao meu Líder, o Deputado Rogério Rosso, e quero parabenizar todos os Parlamentares do PSD que se pronunciaram de forma brilhante desta tribuna, sempre respeitando o posicionamento de cada um.

Desde o início do nosso mandato ou desde o início deste Governo, em 2003 — e eu estou aqui desde o início —, parece-me que tentam implantar uma cultura de esquerda segundo a qual tudo é permitido em nosso País. Penso que o Brasil está passando por este momento devido à falta de discernimento entre o certo e o errado. Entre outros aspectos, faltou discernimento na administração do dinheiro público. E por isso hoje vemos essa corrupção desenfreada.

O mesmo aconteceu com a violência. Não houve investimento nas polícias, e hoje presenciamos o aumento da violência. O desprezo aos valores morais e familiares fez com que toda uma geração de jovens fosse comprometida, perdesse a referência da educação, da moral e da cidadania.

A insistência em combater os princípios cristãos e os valores da família nos trouxe a realidade que vivemos atualmente. Expulsaram Deus do nosso País — ou tentaram expulsar —, e agora estamos à mercê desta situação vexatória, em que



um país abençoado pela própria natureza serve de piada e é uma vergonha aos olhos do mundo.

Votarei a favor do *impeachment* sobretudo pelo crime de responsabilidade que este Governo cometeu, mas também como forma de expressar o meu repúdio a toda essa política perversa que tentaram implantar no Brasil. Entre essas ações, recordo-me vivamente do *kit* escolar que atentava escandalosamente contra a sexualidade das nossas crianças. Trago à memória também que quiseram impedir o aluguel de horários em rádio e TV para dificultar a pregação do Evangelho — o Evangelho que muda o País, que muda as pessoas, que tira o ser humano das drogas e do alcoolismo e faz com que ele volte ao seio da sua família. Defenderam a legalização do aborto, a descriminalização das drogas e — pasmem — tentaram até retirar a expressão “Deus seja louvado” das cédulas da nossa moeda.

Se eu fosse citar todas as investidas no sentido da desconstrução de valores que este Governo fez, com certeza, o meu tempo nesta tribuna não seria suficiente.

A mensagem que gostaria de deixar aqui, nesta madrugada, a todos os que nos acompanham é de que venceremos mais esta batalha. Vamos trabalhar para que o nosso País se coloque novamente numa posição de destaque mundial, pois não desistiremos de lutar e não nos cansaremos de declarar que Jesus Cristo é o Senhor do Brasil!

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor!

Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ouvir o Deputado Stefano Aguiar, do PSD de Minas Gerais.

O SR. STEFANO AGUIAR (Bloco/PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna digo que estou



desprovido totalmente dos sentimentos de vingança e de ódio, mas imbuído dos sentimentos de responsabilidade e de justiça. Justiça não é vingança, justiça é reparação.

Eu, neste momento, quero declarar o meu voto pelo *impeachment* neste domingo, mas não vou ficar aqui me atendo a detalhes sobre o crime de responsabilidade, que já foi demasiadamente discutido na Comissão Especial e neste plenário, e que ainda será discutido. Quero citar os crimes de irresponsabilidade. Pelo menos um deles, o que eu acho mais grave, que é o crime de irresponsabilidade contra a família brasileira.

Fui enviado a esta Casa para lutar pela família. Em 2014, fiz parte da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, e lá, por 15 votos a 11 votos, retiramos a ideologia de gênero do Plano Nacional de Educação. Logo após, a Lei nº 13.005, de 2014, foi sancionada pela Presidente sem a ideologia de gênero.

O que este Governo fez, então, no ano de 2015? Por intermédio dos seus Secretários Estaduais e Municipais de Educação, de Vereadores e Deputados que representam este Governo, tentou colocar nos Planos Estaduais de Educação e nos Planos Municipais de Educação a ideologia de gênero de forma sorrateira, algumas vezes até de forma bem explícita.

Levantamos um exército no Estado de Minas Gerais e em todo o Brasil e conseguimos barrar, na maioria dos lugares, nos Municípios e no Estado de Minas Gerais, a ideologia de gênero que basicamente diz que o menino não nasce menino ou que a menina não nasce menina e que a sua sexualidade será formada no decorrer no tempo, e não por influência dos seus pais, mas por um orientador educacional, pelo Governo.



Eu não admito que mexam com as crianças! O meu filho de 8 meses, o Lorenzo, não entende nada do que está acontecendo hoje, mas um dia ele vai ver a filmagem desta noite em que eu estou declarando o meu voto pelo *impeachment* e vai ter orgulho do seu pai, do Parlamentar que foi o seu pai. Também meus primos, a Ester, o João, o Mario Júnior e o Arthur, que representam as crianças deste País, terão orgulho dos Parlamentares que se levantaram contra esse escândalo, contra esse absurdo.

Muitos não dizem isso, mas eu vou dizer: Deus não está morto, e Ele vai trazer uma grande mudança para esta Nação. Eu creio que ela está por vir. Vai chegar logo.

Por um Brasil verde e amarelo, vamos sair do vermelho! A minha bandeira, conforme aprendi na escola, na matéria Educação Moral e Cívica, é verde e amarelo e nunca será vermelha!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Com a palavra o Deputado Ezequiel Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTN. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Pereira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero agradecer ao Líder, o Deputado Leonardo Picciani, por conceder ao Deputado Carlos Marun e a mim a oportunidade de nos manifestarmos.

Daqui a 38 horas nós vamos dar início à esperança do povo brasileiro. O Governo Lula e o Governo Dilma foram marcados pela enganação, pela tapeação, pela ilusão. Nós vamos votar por aquelas pessoas que foram enganadas, pelos 10 milhões de desempregados, e vamos precisar de três instrumentos.

O primeiro instrumento para melhorar o nosso País é Jesus, para nos iluminar. O segundo instrumento são a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal, que fez justiça ontem. Ontem, os Ministros do Supremo mostraram a Lula, que os chamou de “covardes”, que isso não é verdade. Eles estão cumprindo a sua missão, estão fazendo a sua parte. Parabéns a todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal!

O terceiro instrumento somos nós, com a nossa soberania, com a nossa seriedade, com a nossa hombridade; são as mulheres pensando nas famílias, são os Deputados e as Deputadas sérias desta Legislatura.

Nós temos, sim, que votar pelo *impeachment*, para dar um golpe na ladroeira, nos sem-vergonha, nos ladrões do dinheiro público, naqueles que roubaram a esperança do povo brasileiro.



Eu peço a todas as Deputadas e a todos os Deputados que ainda estão indecisos que pensem no povo brasileiro. O Brasil está de olho em nós. Não podemos virar as costas para o povo brasileiro! Peço àqueles que ainda estão indecisos que pensem no povo brasileiro. Vamos votar pelo *impeachment*! Vamos tirar essa quadrilha do governo! Só de tirar a Presidente Dilma e esses Ministros incompetentes do Palácio do Planalto, no outro dia nós já vamos ver o povo feliz, alegre. Ninguém mais aguenta ouvir falar em Dilma, Lula e PT, assim como não aguenta mais ouvir falar no PCdoB, que apoia esse povo, que apoia tudo o que está aí.

E quero me dirigir ao MST, que está ameaçando as pessoas, inclusive os Deputados, dizendo que vai fazer isso, que vai tomar aquilo: vocês não vão, não, porque Deus está acima de tudo. Vocês não são tão machos, tão valentes assim, não. O povo brasileiro é mais valente do que essa cambadinha que anda roubando e usando o dinheiro público para fazer badernas.

Minhas amigas, meus amigos, meus colegas Deputados, vamos convencer cada colega e vamos votar pelo *impeachment*.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS MARUN (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares que aqui se encontram, meus amigos e minhas amigas, população brasileira, a todos a minha saudação.

Faço questão de usar a palavra nesta hora já adiantada para tranquilizar o povo brasileiro. Minhas palavras são de tranquilidade. A tal reação do Governo, tão decantada, não existe. O tiro de canhão é uma bala de festim. Atrás dessa fumaça não há fogo! Isso é como cabelo de freira: muita gente acha que existe, mas



ninguém vê. Essa reação é o grito dos desesperados, é mais uma tentativa deste Governo nefasto de enganar o povo brasileiro. E por quê? Por quê? Porque o PT está enganado, a Presidente Dilma está enganada, Lula está enganado.

Imagino, Deputado Sóstenes Cavalcante, a tristeza do Lula ao procurar os 300 picaretas que ele disse existirem nesta Casa, ao chamá-los para ir ao quarto do hotel, com um *whisky* na mesa. Vai, é verdade, conseguir o apoio de um ou dois de caráter menos forte, mas não vai passar disso. Este jogo, meus amigos, já está jogado. E V.Exas. sabem por quê? Porque esta Casa não está à venda. Nós representamos o povo brasileiro, um povo digno. E nós também somos dignos.

Outra coisa: não adianta querer comprar ausências, não adianta querer comprar fugas. Esta não é uma Casa de covardes.

Quero ainda tranquilizar a nossa população em relação a essa cantilena boquirrota sobre o golpe. Não é golpe! É *impeachment*, está previsto na Constituição. O PT tenta, mentindo, convencer os brasileiros — a Presidente foi eleita em uma eleição apertada, em uma eleição duvidosa, em uma eleição discutida — de que a Presidenta recebeu um cheque em branco da população para agir como quisesse agir. Não! Não! Não é por que um governante se elegeu que ele pode se considerar acima da lei. Não é por que uma governante se elegeu que ela pode se constituir, como se constituiu a Presidente, Deputado Sergio Souza, em uma fora da lei. Não! Um governante tem que agir nos estritos limites da legalidade.

Por isso, ao encerrar-se o tempo, que eu utilizo com a máxima honra para falar com os brasileiros, eu quero concluir dizendo o que se segue: há crime! Existem razões políticas! Não é golpe! É *impeachment*! Fora, Dilma! Fora, PT! *Impeachment* já! Viva o Brasil! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo Partido Trabalhista Brasileiro, seguiremos a seguinte ordem: Deputado Benito Gama, Deputado Sérgio Moraes, Deputado Luiz Carlos Busato e Deputado Alex Canziani.

Concedo a palavra ao Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e meu Líder Jovair Arantes, Relator deste processo de *impeachment*.

Meu caro Presidente, em 1992, eu estava nesta Casa e participei do primeiro *impeachment* no Brasil, o *impeachment* do então Presidente Fernando Collor. Fui Presidente de uma CPI que apurou irregularidades no Governo, o que culminou no *impeachment* do Presidente da República. Naquela época, o PT e toda essa turma, que hoje chama de golpe esse processo legal, constitucional, queriam o *impeachment* a qualquer preço. Depois de um processo analisado, trabalhado, provado constitucionalmente, houve o *impeachment*.

Logo depois, o PT e outros partidos entraram com um pedido de *impeachment* contra o então Presidente Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Diziam que o *impeachment* era legal, era correto e era constitucional.

Hoje, vivendo um momento diferente, mas com a mesma gravidade daquela época, eles falam em golpe, como se nós estivéssemos praticando um golpe. E, pior ainda, a Presidente da República tacha de golpistas os que vão votar pela admissibilidade do *impeachment* no próximo domingo, dia 17.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o relatório do Deputado Jovair Arantes é claro, a Constituição é clara, a Lei nº 1.079 é claríssima: qualquer irregularidade no cumprimento do Orçamento Geral da União é crime de



responsabilidade da Presidente da República. E esse crime de responsabilidade está bem identificado, foi bem discutido na Comissão e hoje está sendo discutido aqui neste plenário, para, no próximo domingo, votarmos pela admissibilidade absolutamente legal e constitucional desse processo.

A Presidente, o PT e os partidos que a apoiam foram ao Supremo Tribunal Federal por quatro vezes, alegando a inconstitucionalidade desse processo, chamando-o de golpe. E a Suprema Corte deste País confirmou, em todos os momentos, que o processo é legal. Criou-se, inclusive, um rito novo, adaptado à Lei nº 1.079 e à Constituição.

Hoje, nós todos estamos trabalhando para salvar o Brasil. É nosso dever, como membros do Congresso Nacional, defender o Brasil e defender os brasileiros.

No dia 1º de fevereiro de 2015, nós todos que aqui estamos juramos cumprir esta Constituição. Assim estamos fazendo e vamos continuar a fazer. Um mês antes, no dia 1º de janeiro de 2015, aqui esteve, neste plenário, a Presidente Dilma Rousseff, que jurou cumprir a Constituição. Ela não cumpriu absolutamente nada do seu discurso de posse, não cumpriu absolutamente nada do seu juramento.

Hoje, eles falam — e agora com nova versão — que está havendo um grande acordo neste País. Acordão para quê? Para destruir mais o quê? Para destruir a educação, que está em frangalhos? As universidades federais praticamente não existem mais. Para discutir o que praticamente não existe de serviço público na área de saúde neste País. Na segurança pública, é a mesma coisa.

O Advogado-Geral da União, que é defensor da Presidente nesse processo, foi Ministro da Justiça durante 5 anos e cuidou da segurança pública no País, que a cada dia piorou. O Brasil hoje é um país que tem contrabando de armas. Não há



controle nas fronteiras, não há controle nas penitenciárias. Enfim, onde existe serviço público sob o comando da Presidente Dilma, do Governo, há um desastre na gestão, na administração.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, nós do PTB acompanhamos o relatório do nosso Líder Jovair Arantes, um Deputado que, com coragem e com inteligência, formatou um relatório claro, objetivo, identificando o crime de responsabilidade da Sra. Presidente da República, que nós todos estamos aqui discutindo. No dia 17 de março, domingo próximo, vamos votar “sim” pelo *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff.

Em relação ao resultado, todos nós estamos discutindo aqui com todos os partidos, com todos os companheiros. Nós já sabemos da vitória, já sabemos que vai ser aprovada a admissibilidade do processo de *impeachment*, que será enviado ao Senado Federal, que vai analisar se a Presidente cometeu crime de responsabilidade.

A única dúvida de hoje é em relação ao tamanho dessa vitória. Mas essa vitória vai ser maiúscula, porque a nossa vitória é junto com o povo brasileiro, para salvar este País. Este Governo, o Partido dos Trabalhadores e todos os seus aliados, nos últimos 13 anos, colocaram o Brasil na condição de um dos países mais mal administrados do mundo.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, estamos na luta pelo “sim”, a favor do *impeachment* da Presidente. O Brasil precisa mudar!

Estou falando aqui há 7 minutos. E, durante esses 7 minutos, 25 brasileiros perderam o emprego. Isso é crime de responsabilidade, derivado da falta de gestão,



da omissão da Presidente, do desapego por um país, por um povo e por um futuro para uma nova geração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos todos dizer “sim”, no domingo, pelo *impeachment* da Presidente Dilma.

O SR. SÉRGIO MORAES (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui iniciar meu pronunciamento citando o meu Líder Jovair Arantes, homem que se dedicou, nos últimos dias, a fazer um relatório técnico, um relatório adequado, que pudesse trazer a pura verdade para a nossa Nação.

O relato do Deputado Jovair Arantes foi imparcial. Tanto é verdade que o Deputado Jovair, ao ser escolhido pela Comissão, foi eleito pela grande maioria, que conhece a seriedade do nosso Líder Jovair.

Evidentemente que ninguém agrada os dois lados. Não tem como um relato ser favorável aos dois. E o Deputado Jovair optou pela lei, rigorosamente pelo que estava na lei. Por isso, o Deputado Jovair apresentou um pedido para que déssemos continuidade ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

Eu quero dizer que, nos últimos dias, eu tenho ouvido nas ruas a palavra democracia. Ora, senhoras e senhores, democracia, meu Líder, é o que estamos tendo agora, quando exercemos o direito de tirar uma Presidente que comanda uma quadrilha, que está assaltando o nosso País a cada dia. Democracia é poder estar aqui nesta tribuna defendendo os direitos do nosso povo.

Mas a democracia que o PT tem pregado por aí é diferente da nossa. É aquela democracia que está certa enquanto estiver bom para eles. Se tirar ou modificar algo contra eles, a democracia acaba. Tanto isso é verdade que estão



dizendo: “*Não vai ter golpe, vai ter guerra, vai ter briga!*”. Isso é coisa de gente que não sabe perder. É gente que pensa que o País é deles, gente que faz parte dessa quadrilha, que tenta tomar a América do Sul, que estava sendo presidida pelo então Presidente Hugo Chaves, que, graças a Deus, morreu antes de continuar o golpe que estava previsto.

Se os senhores aqui estão achando que todo esse dinheiro desviado foi para o bolso da quadrilha petista, digo que não foi, não. Foi para treinar guerrilheiros. E começou na época do desarmamento, quando tentaram iniciar o desarmamento da população brasileira, porque já estavam temendo que este dia de hoje fosse chegar.

Ontem à tarde, Deputado Luiz Carlos Busato, foi preso pela Polícia Rodoviária de Goiás um ônibus que estava trazendo bolivianos quadrilheiros, bandidos, que estão chegando ao Brasil para enfrentar o nosso povo de bem, o povo brasileiro.

Vou mais longe, Deputado Busato. Essa quadrilha que está presa, que foi ontem retida pela Polícia Federal, não é de freirinhas que estão vindo da Bolívia. Não é de pessoas de bem, porque as pessoas de bem da Bolívia, com certeza, também não estão concordando com esse golpe que aqui estão tentando dar no País.

O *impeachment* vai passar. Nós vamos ter a grande maioria. Tem gente que diz que a Dilma não é culpada. Ora, não é culpada, meu Deus? Quem é que colocou essa equipe, quem é que montou esse Governo? Será que foi Aécio Neves? Será que foi Marina Silva? Não! Quem montou esse Governo corrupto, ladrão, foi justamente ela, que é a chefe do comando, que é a chefe da quadrilha.



Para mim não cola essa conversa de que ela é uma mulher honrada. Não é, não, porque quem é gente honrada não anda com esse tipo de gente, que assaltou o nosso País, que roubou a nossa Nação.

Deputado Luiz Carlos Busato, eu quero dizer a V.Exa. que, se nós não tivermos força para derrubar essa gente, o nosso povo vai ficar na mão de uma quadrilha, que não pensa apenas em ficar no poder, mas em transformar a nossa Nação — e eles falam isso abertamente —, adotando o mesmo regime de Cuba.

Sabe o que é Cuba, Deputado Busato? Cuba é onde o povo vive de forma igual, mas vive igual na miséria, na pobreza. Nós não queremos viver igual a Cuba. Nós queremos ter a nossa liberdade, que levamos anos para obter.

E não pense essa gente que está me assustando com gritos, com bandeiras vermelhas, com foices e facões, porque nós não temos medo, não! Nós vamos enfrentar esse povo agora, no domingo, e vamos enfrentar com grandeza, respeitando a nossa população.

Eu represento, Deputado Jovair Arantes, os fumicultores, pequenos produtores de mão calejada, que tocam a riqueza deste País. Eles, lá, estão fazendo dinheiro para os cofres públicos, com suor, com sacrifício — os fumicultores, Deputado Alex Canziani —, e aqui o dinheiro está desaparecendo na mão da bandidagem que tomou conta deste País.

Quero dizer, Deputado Alex, que nós, a nossa bancada, a grande maioria, somos pessoas que não temos medo, não. Não nos curvamos, não nos trocamos, não nos vendemos, porque nós sabemos do caminho desta Nação.

Eu quero dizer a todos aqueles que, por um motivo ou outro, pensam que eu estou do lado da Dilma que esqueçam isso, porque eu sou um homem de posição.



Sou homem que tem 36 anos de mandato e que sabe onde aperta o sapato de cada um, de cada pessoa em nosso País.

Então, chega de corrupção! Vamos ter que fazer uma limpa, uma faxina, tirar essa gente do Governo! E esses dias estão sendo contados.

Agora, espero também, Deputado Alex Canziani, que o Senado tenha agilidade para fazê-lo e tenha coragem; que o Senado não se curve, através do Senador Renan Calheiros, para esse grupo de bandidos que está aí comandando nosso País; que o Senado também tenha a mesma postura que nós Deputados teremos aqui no sentido de fazer a limpeza, a faxina ética neste País.

Vou encerrar — não sei se já usei todo o meu tempo — dizendo que, realmente, o plano começou em 2005, quando começou o desarmamento. Já disse isso aqui. Ali, já estavam pensando nesse dia e já queriam a nossa gente desarmada.

Mas quero avisar ao pessoal do PT que está me assistindo que o nosso povo não precisa de arma; vai dar de tapa em vocês no domingo!

Muito obrigado. Um abraço! (*Manifestação no plenário: Fora, PT!*).

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, domingo, votaremos “sim” ao *impeachment*.

Deputado Alex Canziani, votarei conforme a minha consciência, a consciência da minha família, dos meus amigos e de todos os gaúchos. Eu não teria coragem de olhar nos olhos deles se não votasse “sim” ao *impeachment*.

Em minhas mãos e nas mãos dos meus colegas, de meus pares, está o destino, está a vontade de milhões de brasileiras e de brasileiros. Domingo,



estaremos ultrapassando mais uma fase, talvez a fase mais importante do processo de *impeachment*.

O Brasil não suporta mais tanta corrupção. Cansamos e nos desiludimos das promessas do marqueteiro João Santana, expressas na voz da Presidente Dilma Rousseff na campanha de 2014, no maior estelionato eleitoral da nossa história.

A senhora nos enganou, Sra. Presidente! Mentiu!

O PT mentiu para nós, mentiu e continua mentindo, aqui e em todo o País. Esse é o método do PT: gasta milhões em propaganda, vende um país de mentira, cidades de mentira, vende ilusão. Não é diferente na minha cidade, Canoas.

Mas exalto daqui o relatório do Deputado Jovair Arantes.

Ele é exemplar, Deputado Jovair, ele é conciso, preciso, irretocável.

O Relator se restringiu apenas às pedaladas e ao uso dos recursos sem autorização desta Casa, Deputado Alex Canziani. O Relator agiu conforme a denúncia de Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal.

Criticaram o relatório do Deputado Jovair, mas se esqueceram de que, na verdade, deveriam constar ali centenas e centenas de outros crimes já amplamente divulgados e sabidos por todos nós. Na verdade, o PT e a Presidente Dilma deveriam agradecer ao Ministro Augusto Nardes, ao Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, e ao Relator, Jovair Arantes, por constarem ali apenas as pedaladas. Isso nos priva da vergonha de ficar constantemente divulgando tantas outras coisas que ficamos sabendo através da imprensa e do trabalho exemplar do Juiz Sergio Moro.

O Advogado-Geral da União fez aqui uma defesa totalmente desconectada da realidade e da legalidade. O Brasil, desde quando Roberto Jefferson delatou o



mensalão, vem conhecendo a maneira como o PT conduz a política nacional. Não parou no mensalão. Era só a ponta do *iceberg*. Muitos outros crimes foram descobertos: Pasadena; Abreu e Lima; COMPERJ; navios-sonda; fundos de pensão, como a PREVI, a FUNCEF e o POSTALIS.

O PT acabou com a PETROBRAS. Mandou bilhões de reais para obras no exterior, enquanto passamos necessidade aqui, na saúde e na segurança pública. Foram bilhões para Argentina, Venezuela, Equador, Panamá, Peru, Moçambique, Nicarágua, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Luanda, com retorno para suas campanhas sujas.

Chega, PT! Chega de ladroagem! Chega de distribuir mais de 600 mil lotes ilegalmente, pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, para mortos, políticos do PT, empresários donos de Land Rover, Porsche, Volvo. Mais de mil políticos, 38 mortos e 18 empresários foram contemplados nesse programa.

Chega de criar desempregos em vez de proteger o trabalhador.

Delações de inúmeros criminosos do PT mostram o maior esquema de corrupção do mundo.

Vocês quebraram o País. E agora vem o Sr. Lula dizer que vai recuperar o País. Mas o que é isso?! É muita cara de pau! Compararam as pedaladas a uma listinha de supermercado. Acham que são crimes de menor valor. Não, não são! Foram feitos gastos sem a autorização desta Casa. Usaram dinheiro do Banco do Brasil para pagar as contas do Governo.

O Deputado Jovair Arantes disse, no seu relatório:

“A União, sob o comando da Denunciada, transformou em regra o que deveria ser absolutamente



excepcional: durante meses a fio, usou recursos do próprio Banco do Brasil, e não do Tesouro, para bancar as ações de governo”.

Ela atentou contra a Constituição Federal.

O PT abusa da nossa inteligência. Mente a toda hora. Agora, fez uma frente parlamentar, Deputado Alex, com a assinatura de 185 Deputados, em prol da democracia e disse que era uma frente contra o *impeachment*. Do PTB, sete Parlamentares a assinaram e foram iludidos. Nós já entramos com requerimento de retirada dessas sete assinaturas. Mentira!

Já contabilizamos mais de 360 Deputados a favor do *impeachment*, mais precisamente 367.

Vocês é que deram o grande e verdadeiro golpe que o Brasil conheceu. João Vaccari, José Dirceu, Delúbio Soares, Lula e tantos outros que são casos de polícia nos envergonham! Estamos sendo motivo de piada no mundo inteiro.

A tentativa de nomear o ex-Presidente Lula por si só já é motivo para a cassação do mandato da Presidente Dilma.

Quando a senhora envia um termo de posse já assinado para o ex-Presidente Lula e solicita, conforme é dito na gravação, que o mesmo o utilize “*só em caso de necessidade*” é uma clara obstrução da Justiça.

O que estamos votando aqui é a volta do País aos trilhos. Estamos devolvendo a credibilidade brasileira, recuperando a honra e a dignidade dos brasileiros.



Estaremos aqui cobrando e fiscalizando também o Presidente Michel Temer. Confiamos na sua experiência e na sua capacidade. O futuro do Brasil estará em suas mãos.

Vamos cobrar aqui também, no domingo, a ausência dos nossos colegas. Esses não serão perdoados. Pior do que votar contra o *impeachment* é não comparecer a esta Casa no domingo. Isso é covardia, é sinônimo de corrupção.

Voto “sim” em respeito aos gaúchos, em respeito à minha Canoas, porque não teria coragem de olhar nos olhos deles e dizer que fui conivente com tudo isso.

Voto consciente pelo *impeachment*.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Fora, PT!*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Com a palavra o 4º Secretário desta Casa, o Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Sem revisão do orador.) - “*O futuro não é o mero encontro dos astros, o futuro se constrói*” — D. Ivo Lorscheiter.

Prezados companheiros e companheiras; Deputados e Deputadas; prezado Deputado Felipe Bornier, Presidente desta sessão; prezado Relator da Comissão do Impeachment da Presidente Dilma, Deputado Jovair Arantes; prezada população brasileira que nos acompanha em todo o Brasil, eu até trouxe um discurso que leria aqui, nesta noite — quero agradecer ao Cid, nosso competente jornalista, que fez esse discurso junto conosco —, mas agora recebi uma mensagem da minha filha, que disse que está em Londrina, juntamente com a minha esposa, Ana, aguardando este discurso. Ela disse: “*Pai, fale com o coração*”. Pedindo vênias aos nossos companheiros, vou me permitir não ler o discurso, mas falar aquilo que trago na mente, que trago na alma.



Estou no quinto mandato de Deputado Federal e no oitavo mandato no total, tendo acompanhado inúmeras crises por que o Brasil passou, e confesso que esta é a maior crise que já vivemos: crise financeira, crise econômica e, acima de tudo, uma crise moral, uma crise de valores.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, o que estamos vendo no nosso Brasil? Um descalabro completo. Quando nós pegamos os indicadores da economia brasileira, percebemos que todos são extremamente ruins. Ainda hoje, saía mais uma notícia ruim, dizendo que o nosso déficit este ano deve ser superior a 100 bilhões de reais.

Quando nós pegamos as taxas de desemprego, vemos que, a cada hora, dezenas e dezenas de brasileiros ficam desempregados. Quando vemos a inflação, que já havíamos domado em nosso País, percebemos que a inflação cresce a cada mês, a cada ano. Quando pegamos o PIB — Produto Interno Bruto, verificamos que ele mostra como se encontra a economia e quais avanços o Brasil deveria ter alcançado.

Lamentavelmente, o Brasil vem, ao longo desses últimos anos, tendo decréscimo. No ano passado, o PIB foi 3,8% negativo, e este ano a situação é igual ou pior que a do ano passado. Por isso, companheiros, é momento de darmos um basta nessa situação.

O País não aguenta mais, Deputado Luiz Carlos Busato, a continuidade do Governo Dilma. Ela perdeu completamente a capacidade de liderar o País. O Brasil precisa de um líder, para que possamos juntar as pessoas e construir uma agenda que melhore os índices do nosso País, que aumente a empregabilidade do Brasil e que faça renascer a esperança do povo brasileiro. E ela não tem mais capacidade



de fazer com que as pessoas acreditem em dias melhores, de fazer com que a população tenha esperança.

Meu amigo e companheiro Deputado Jovair Arantes, quero parabenizar V.Exa. pela maneira como se portou enquanto Relator da Comissão do Impeachment, pela clareza do seu relatório, pela maneira fidalga, generosa e serena como ouviu todos, porque recebeu informações, e pela maneira como escreveu este relatório. V.Exa., Deputado Jovair Arantes, entra para a história não somente desta Casa, mas para a história do nosso País.

Daqui a poucas horas, quando nós chegarmos às 14 horas de domingo, o Brasil todo estará nos acompanhando — milhares e milhares de pessoas estarão aqui fora, na frente do Congresso Nacional —, pedindo aos Deputados que, de forma magnânima, de forma ativa, possamos dar a resposta que o Brasil quer, que o Brasil sonha, a aprovação deste *impeachment*, a aprovação deste parecer para que nós possamos dar início a este processo. Caberá ao Senado Federal dar o último passo: o afastamento da Presidente, a partir da admissibilidade, e, depois, o *impeachment* de Dilma Rousseff.

E aí, Sras. e Srs. Deputados, haverá de renascer a esperança da população brasileira. Quero que o Presidente Michel Temer, e Deus queira que ele assim se torne, possa reunir pessoas de talento, pessoas que queiram um bem comum para que nós possamos refazer o nosso País, para que nós possamos refazer a economia do nosso Brasil, para que nós possamos fazer com que a esperança volte à nossa população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, disse Victor Hugo, poeta e escritor francês: “*Não há nada tão forte como uma ideia cujo tempo chegou*”. E eu tenho a



convicção de que está chegando o momento. Já imagino quando, no próximo domingo, cada Deputado deste Plenário, através da sua voz, através da sua vez, representando o seu povo, representando a sua gente, representando a Nação brasileira, vai dizer em alto e bom som o “sim”, para que nós tenhamos o *impeachment*.

E é por isso, companheiras e companheiros, que, tendo o privilégio de estar ao lado dos companheiros que já nos antecederam, Deputado Luiz Carlos Busato, Deputado Sérgio Moraes, Deputado Benito Gama, e ser prestigiado pelo nosso Relator, que ficou o dia inteiro ouvindo os Srs. e as Sras. Parlamentares, que me despeço do meu Brasil, me despeço do meu povo, no Paraná, com a certeza de que eu não faltarei aos desígnios do nosso povo.

Tenham certeza de que eu estarei vigilante, de que estarei pronto para que, no domingo, através do nosso voto, nós possamos dar início à deposição da Presidente Dilma e, através desse voto, nós possamos reerguer a sociedade brasileira e trazer de volta a esperança do nosso povo, porque, como disse o poeta: “*Não há nada tão forte como uma ideia cujo tempo chegou*”. E é chegado o tempo do *impeachment* da Presidenta Dilma.

Muito obrigado, companheiros. Até a vitória, não apenas a vitória do Deputado Jovair, não apenas a vitória do PTB, não apenas a vitória de partidos e pessoas que querem o *impeachment*, mas acima de tudo a vitória da sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou dividir o meu tempo com o meu colega Deputado Francisco Floriano.

Gostaria de aproveitar o ensejo deste momento histórico do País para tirar algumas dúvidas de muitos brasileiros. As pessoas têm uma tendência a acreditar em mentiras repetidas. O Partido dos Trabalhadores, que governa o País há 13 anos, é *expert* em mentir. Ganhou as eleições mentindo, governou o País mentindo. Está agora querendo levar a comunidade mundial a acreditar que o País está dividido. Mentirosos! Petistas mentirosos!

E tem mais: os petistas, além de mentirosos, são covardes. Eu estou fazendo este pronunciamento, são 1h47min da madrugada, e não há, neste plenário — as câmeras podem mostrar —, nenhum Deputado petista.

Ah! Desculpe! Está ali um Deputado petista. Um Deputado petista está presente.

Eles são bons nos discursos para acusar os outros, mas na hora do debate democrático fogem, vão para os hotéis tentar comprar Deputados.

Mas, queridos, acabou essa onda. Aqui há homens e mulheres honrados. Neste plenário eu tenho certeza de que não teremos vendilhões. E no domingo nós vamos punir, sim, o desgoverno que cometeu crime de responsabilidade fiscal e feriu a nossa Constituição!

Portanto, brasileiros, o *impeachment* é necessário e urgente. O Brasil já não aguenta mais o Governo que praticou a maior corrupção da história latino-



americana. Nós precisamos nos livrar desse câncer que está corroendo as finanças do País. Nós precisamos nos livrar dessa chaga, dessa ferida que corrói a saúde pública e a educação. Nós estamos sofrendo ao ver a população em sofrimento, em desespero. Nós vamos nos livrar desse mal.

Eu gostaria aqui, com muita honestidade, de me dirigir aos brasileiros para dizer que veio a esta sessão o Advogado-Geral da União — S.Exa. é pago por todos nós e deveria defender a União, não os quadrilheiros petistas —, para defender a Presidente Dilma e fazer ilações de que este *impeachment* é fruto de golpe, é fruto da raiva do Presidente da Câmara. Pelo amor de Deus, este *impeachment* é fruto da insatisfação de 80% dos brasileiros, que não suportam mais a corrupção!

Ao PT só resta uma alternativa, e essa alternativa é usar a frase daquele maior líder petista, a frase que vazou. Faz vergonha à Pátria Educadora ouvir os telefonemas da alta cúpula do PT. O linguajar que eles usam é chulo, é vergonhoso! Educação para petista? A Liderança do PT é zero! Mas há uma frase que podemos usar aqui que não faz vergonha às crianças. A última frase do áudio vazado do Presidente Lula para a Presidente Dilma, que eu quero repetir: “*Presidente Dilma, tchau, querida!*”

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nenhum brasileiro está acima da lei, nem mesmo a Presidenta da República. O *impeachment* está em sintonia com o desejo que ecoou nas ruas deste País. É necessário, sim, o *impeachment* já. O povo foi às ruas e há sintonia do *impeachment* com o seu desejo de resgatar o sentimento de representatividade. Chega de mentiras! O povo brasileiro está cansado de ser enganado por esse Governo que tenta se justificar por uma administração



irresponsável do dinheiro público que resultou na maior crise econômica da nossa história.

O Ministro Eduardo Cardozo impetrou mandado de segurança, tentou de tudo para parar este processo legítimo. Mas, graças a Deus e à Suprema Corte, fez-se valer a Constituição Federal.

Não cabe nenhum recurso contra aquilo que está na lei. O Governo gosta de dizer que *impeachment* sem crime é golpe. Está errado, é mentira. Na verdade, crime sem *impeachment* é que é golpe. O golpe é a destruição de hospitais, a destruição da educação, a destruição dos salários dos aposentados, a destruição de um País que tem tudo para ser rico. E vai ser, verdadeiramente! Há um caminho novo!

Fora, PT! Fora, Dilma!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cada um de nós, homens e mulheres, imaginamos e desejamos um país ideal. Reconheço os avanços das políticas públicas até então implantadas, mas não podemos negar a realidade que estamos vivendo: uma grave crise econômica, moral e ética.

As conhecidas pedaladas fiscais são parte desse processo que maquiou as contas públicas e não permitiu o diagnóstico da grave situação. A corrupção corroeu nossas empresas públicas, como a PETROBRAS, orgulho dos brasileiros, e recursos dos trabalhadores com desvios de recursos dos fundos de pensão.

Quem paga a conta é cada brasileiro e cada brasileira, com o desemprego, com a inflação corroendo os seus salários, com a falta de obras de infraestrutura. No meu Estado de Santa Catarina, a falta de manutenção e melhoria na BR-282, na BR-116 e na BR-470 ceifa vidas todos os dias. Há falta de recursos para portos e aeroportos. E por que não falarmos, mais uma vez, da grave crise que estamos enfrentando na saúde?

Portanto, não dá mais para encarmos essa realidade. Precisamos enfrentar, sim, no domingo, o processo de *impeachment!*

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PCdoB, concedo a palavra ao Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, membros da Mesa, nobres colegas Deputados, imprensa, galerias, funcionários da Casa, a sessão será longa, os debates também. E tem que ser assim, pela importância do que está sendo discutido. Mas, em alguns momentos, tenho a impressão de que o debate não ocorre sobre o objeto definido.

Ouçó falar: *“Fora, PT! O PT fez isso, o PT fez aquilo!”*, e, em momento algum, o PT está em julgamento. O que deve ser apreciado por esta Casa é, única e exclusivamente, o parecer do Relator da Comissão Especial e a denúncia apresentada. Fora disso, é apenas discurso político. Fora disso, não está nos autos.

O PT tem que ser julgado pelos erros e pelos acertos que cometeu. E houve erros e acertos. Mas a Constituição Federal escolheu um local para fazer esse julgamento. A Constituição Federal escolheu um local para fazer o julgamento de partido político, e esse julgamento é nas urnas. Apenas nas urnas é que cabe o julgamento de um partido político. E quem faz esse julgamento é o povo. Portanto, todo e qualquer predicado que se usar contra esse partido, contra o PCdoB, contra o PDT ou contra qualquer outro é inócuo neste momento. Discutir a Lei nº 1.079, de 1950, ninguém quer. Foge do objeto, pelo seguinte motivo: não há fato determinado na denúncia que tramita.

Para se ter uma noção, Deputado Afonso, o art. 11, mencionado na denúncia, nem recepcionado pela Constituição Federal foi! O art. 11 da Lei nº 1.079, de 1950, mencionado na denúncia, nem recepcionado pela Constituição de 1988 foi! Portanto, a meu ver, a denúncia até inepta seria.



É possível que o Senado, na admissibilidade, se eventualmente for convocado para tanto, decida arquivar esse processo. Repito: o art. 11 sequer foi recepcionado. Este artigo, em que se sustenta o eminente Relator, tinha por base o inciso VII do art. 89 da Constituição de 1946, único inciso não repetido na Constituição de 1988. A Constituição de 1946, ao tratar dos crimes de responsabilidade, elenca oito incisos; a de 1988, apenas sete. O que dá sustentação à denúncia? O art. 11, que sequer existe!

Este é o debate que nós vamos fazer no tempo do PCdoB, trazendo para ser discutido o que deve ser debatido.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo tempo de Liderança do PTN, concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Teixeira.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (Bloco/PTN-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, quem não se lembra do Brasil encantado nas propagandas eleitorais na campanha da Presidente Dilma? Um País próspero, pintado na eleição, e que foi desmantelado logo após a vitória da Presidente. A Presidente Dilma fez tudo ao contrário do que prometeu, num estelionato eleitoral nunca visto antes na história deste País!

O Brasil está à beira de um precipício e com poucas expectativas de reversão. A Nação quer mudança. As pessoas estão sem esperança diante de tanta corrupção, de tanto roubo, de tanto desrespeito com o dinheiro público. Mas é possível mudar!

Às vésperas de seu *impeachment*, a Presidente divulgou um vídeo em que sugeria que a saída do PT iria acabar com os programas sociais. Esse é o discurso de terror, para causar medo e pânico à população. Isso é mais uma mentira! Temos a segurança constitucional de que, com a saída da Presidente Dilma, os programas sociais serão mantidos, pois existe o primado da vedação ao retrocesso social. Ou seja, nenhum direito fundamental poderá ser suprimido. Por isso, quem assumir a Presidência da República tem o dever de manter todos os programas sociais.

Vamos pensar no legado que deixaremos para as futuras gerações. Chega de corrupção! Vamos, verdadeiramente, representar o povo brasileiro aqui. É o início de um grande tempo para o Brasil. O que estamos decidindo aqui não é nem de longe um golpe. É a libertação de um Brasil que amarga dias de desesperança.



Os crimes de responsabilidade cometidos pela Presidente Dilma Rousseff não podem ser negligenciados por nós representantes do povo brasileiro. O País não pode mais pagar pela insana saga de perdurar no poder, como quer o PT. Insistem no plano maligno de corrupção.

Saibam, nobres Parlamentares, que, somente neste ano, já pagamos mais de 594 bilhões de reais em impostos. Para se ter uma ideia, com esse dinheiro, daria para construir mais de 2 milhões de postos de saúde equipados pelo País ou para construir mais de 16 milhões de casas populares. Mas, não, o que vemos é o nosso suado dinheiro ir para o bolso de corruptos, corruptos estes que sucatearam a maior empresa brasileira, a nossa PETROBRAS!

Com isso, ganhamos um marco: temos a estatal mais roubada do mundo. A PETROBRAS chegou a valer 510 bilhões de reais em 2008, e hoje, atolada em dívidas, vale apenas 73 bilhões de reais.

As pedaladas geraram um rombo nas contas públicas que chegou a 111 bilhões de reais. Nunca antes, na história do Brasil, tivemos um Governo tão corrupto e covarde com a população. A recessão que estamos vivendo é resultado das manobras, a qualquer preço e a qualquer custo, que a Sra. Presidente Dilma provocou para ganhar o seu segundo mandato. Tudo mentira! O discurso da Presidente Dilma sempre foi enganador, assim como todo o seu Governo.

Isso precisa ter um fim! Já não aguentamos mais!

Logo no início do seu segundo mandato, aumentou os impostos, para mascarar os desvios da sua má gerência. Pedalou de 2010 a 2016. Mas cuidou logo de mandar a fatura para nós pagarmos. Com medidas antipopulares, saqueou o nosso bolso com aumento na taxa de energia elétrica, gasolina, entre outros



absurdos. Com o lema *Pátria Educadora*, fez cortes significativos na educação. Mas ninguém viu uma pequena redução no gasto com a máquina pública. Não houve corte de Ministérios e cargos que consomem mais de 400 bilhões de reais por ano, para manter uma estrutura gigantesca e acomodar seus apadrinhados. É inadmissível!

Vamos deixar que continue a farra com o dinheiro público? Vamos permitir que um País de governos ditadores receba investimentos altíssimos e retire da nossa gente, que paga tantos impostos e não tem retorno digno? Acham justo?

Não podemos mais confiar num Governo que rasga a nossa Constituição, que afronta as nossas instituições jurídicas e fiscalizadoras e que desafia todo o povo brasileiro, fazendo do nosso País o quintal da sua casa e da companheirada.

O pastor Martin Luther King disse: *“Nós não somos o que gostaríamos de ser. Nós não somos o que ainda iremos ser. Mas, graças a Deus, não somos mais quem nós éramos!”* (Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas!)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Professor Victório Galli, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

V.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus pela oportunidade que nos concede de estar aqui representando o Estado de Mato Grosso. Também quero agradecer ao nosso Líder, o Deputado Andre Moura, por nos dar esta oportunidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vivemos hoje um momento histórico, protagonizado por um governo ineficaz e insólito, que não tem mais legitimidade para governar este País.

Esta Casa é a caixa de ressonância das ruas, e bem sabemos que já nos foi dado o ultimátum. Cabe a nós cumprir com o nosso dever republicano de dizer “sim” à saída da Presidente Dilma.

O povo espera hoje que esta Casa faça justiça e restaure a democracia. A maioria esmagadora espera lá fora por uma resposta positiva para a saída desta grande crise criada pelo Governo do PT.

Não discuto mais a admissibilidade do *impeachment*, pois a Comissão Especial, constitucionalmente, já deu o primeiro passo, apontando para o “sim”, e o Supremo Tribunal Federal deu um *show* ontem ao legitimar todo esse procedimento para apurar os crimes de responsabilidade praticados pela Presidente Dilma, deixando-me com a consciência tranquila.



Não estamos tratando de um golpe, mas sim de uma ruptura de toda essa malversação do dinheiro público instalada pelo Governo do PT, que meteoricamente sucateou a PETROBRAS e entregou às baratas a atual economia brasileira.

A democracia precisa ser restaurada. Não há democracia com esta roubalheira instalada em nosso País. O respeito às instituições, à moralidade, à probidade e aos bons costumes precisa ser urgentemente retomado.

Há quase 24 anos, uma Deputada petista subiu a esta tribuna para defender o *impeachment*, e assim dizia ela:

“Defender a democracia é defender a saída do Presidente da República. Democracia se faz sem corrupção, com respeito e dignidade, usando o dinheiro público a serviço do povo brasileiro. Vamos exercitar a democracia, aprovando o pedido de ‘impeachment’ de Fernando Collor de Mello.”

Dizia aqui nesta tribuna a então Deputada petista Luci Choinacki, de Santa Catarina, no dia 2 de setembro de 1992.

Hoje o PT mudou radicalmente de posição, esquecendo que as palavras pronunciadas neste plenário ficarão registradas na história. Inclusive, a Senadora Ana Amélia lembrou que o PT é campeão em pedir *impeachment*: foram 50 pedidos de *impeachment* desde 1990 até 2002.

A força-tarefa da Operação Lava-Jato tem revelado a cada dia a podridão por trás dos porões da Presidência da República na gestão do PT. Para onde se olha e se investiga, ali existe uma contaminação endêmica de um sistema corrupto, evoluído e aperfeiçoado no Governo do PT.



Portanto, o PT deu PT em tudo no Brasil, na saúde, na educação, na segurança pública, enfim. Até nomes do PT também deram PT: José Dirceu, Marcelo Odebrecht, Mônica, João Santana, Vaccari, Silvaninho. Inclusive, em relação ao Lula e à Dilma, o PT está dando PT neles também.

O Juiz Sérgio Moro, com sua postura imparcial, desnudou para todos verem o *modus operandi* como o Governo PT tem tratado a máquina pública. Esse Governo instalou um verdadeiro quartel-general de ilícitos a céu aberto, e sem nenhum pudor enganou aqueles que lhe confiaram o voto.

Esse é o combustível e o momento certo que precisamos para formamos uma coalização de forças políticas de bem e com intenções republicanas para virarmos o jogo e darmos um basta nessa nefasta e incompetente gestão do PT.

Vim para Brasília na esperança de dias melhores para o nosso País e o meu Estado de Mato Grosso. É uma vergonha o que estamos vivenciando no cenário político brasileiro. A briga é pura e clara pelo poder por parte do PT. Não há nesse Governo Dilma sequer uma articulação política que pulverize as ações do Governo, que neutralize a inflação, que perceba que o barco está afundando.

Mas hoje esta Casa sairá de cabeça erguida, pois o Parlamentar de são consciência e compromissado com o povo brasileiro votará pelo *impeachment* da Presidenta Dilma, dizendo “sim” à saúde, “sim” ao trabalho, “sim” à educação, “sim” à segurança pública, “sim” à economia, “sim” aos idosos, “sim” à família, “sim” a todos os brasileiros e brasileiras que não comungam com as práticas corruptas do PT.

Por um Brasil livre da corrupção, vamos votar "sim" ao *impeachment*! O Brasil já não aguenta mais! Fora, Dilma! Fora, PT!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Pelo Partido Democrático Trabalhista, farão uso da palavra os Deputados Afonso Motta, Damião Feliciano e Weverton Rocha.

Com a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Já vai longe a madrugada. Portanto, peço licença, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para cumprimentar o conjunto de colaboradores que estão conosco nesta longa jornada. São colaboradores da Casa e das nossas bancadas, pessoas que merecem toda a nossa homenagem e reconhecimento.

Para exarar os motivos do PDT com relação a esse processo de impedimento, para referir a nossa motivação, a razão pela qual somos contra o *impeachment*, com todo o respeito àqueles que pensam o contrário, nós queremos valorizar o nosso legado, a nossa responsabilidade.

Nós temos um legado na vida política e na vida institucional do nosso País. Esse legado começa em 1950, quando Getúlio Vargas foi convocado pelo povo brasileiro lá em São Borja, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na região do meu Alegrete — permitam-me —, para participar do debate nacional. E ele foi eleito democraticamente, com uma fragorosa votação.

Em 1954, o povo brasileiro, de certa forma reconhecendo o conjunto de realizações que já vinha do primeiro mandato do Presidente Vargas, qualificando os direitos do trabalhador, qualificando a indústria nacional, foi para um enfrentamento, porque setores da nossa sociedade acusavam o Presidente Vargas de se envolver em um mar de lama. Acusavam o Presidente Vargas, sumariamente, por crime, em função da prática de seu segurança, sua guarda pessoal, Gregório Fortunato.



Vargas foi ao suicídio para defender o povo brasileiro e a democracia. Deixou uma carta-testamento. E foi esse pensamento, foi essa manifestação com a qual contribuiu com a própria vida que garantiu o seguimento da vida democrática nacional. Mas tentaram de todas as formas, foram a todos os limites, passaram todos os limites na tentativa de desconstituir o Governo de Getúlio, Governo democraticamente eleito.

Em 1964, com a renúncia de Jânio Quadros, nós trabalhamos pela posse do Vice-Presidente, que fora eleito com grande votação — diferente do que ocorre atualmente, quando o Vice-Presidente da República não recebe votos individualmente. E lá João Goulart propunha reformas de base, reformas até hoje reclamadas pelo povo brasileiro. João Goulart patrocinava o maior reajuste do salário mínimo de todos os tempos àquela época. Por isso, os mesmos detratores de Getúlio Vargas chamavam João Goulart e Leonel Brizola, nosso grande líder, fundador do PDT, de comunistas.

O refrão não era mais “o mar de lamas”. O refrão era o “comunismo que alcançava o País”, para justificar, então, a desconstituição, depois de se ter constituído no Congresso Nacional a possibilidade de um parlamentarismo que não era de fato parlamentarismo, mas sim um confronto ao presidencialismo.

Veio a ditadura militar. Esses períodos em que nós resistimos, em que nós procuramos conscientizar o povo brasileiro e procuramos lutar pela democracia não foram só períodos de cerceamento da liberdade, de cerceamento da expressão. Eles foram longos períodos em que perdemos gerações do povo brasileiro. Esse foi o grande crime praticado contra o povo brasileiro no período de desconstituição, no



período de exceção, no período em que nós tivemos a limitação da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Por isso, entre as razões, entre os argumentos pelos quais achamos que a admissibilidade do *impeachment* não deva ser acolhida, nós começamos pela responsabilidade de quem tem esse legado, de quem tem um partido trabalhista, de quem tem um partido que teve inspiração nessas lideranças — o velho PTB, o PTB de Getúlio Vargas, e o PDT de Leonel Brizola.

Nós participamos do atual Governo. Nós temos uma liderança do nosso partido, um Parlamentar desta Casa, ex-Líder da bancada do PDT — como são hoje os Deputados Weverton Rocha e Damião Feliciano —, ocupando um Ministério estratégico para o País.

Quando nós assumimos esse Ministério, nós entregamos o espaço público que tínhamos e manifestamos à Sra. Presidente da República que o nosso partido não queria mais participar do Governo, mas queria continuar contribuindo com o Brasil. Como resposta, recebemos um apelo: que aquela era uma hora difícil da vida nacional, como se comprovou que efetivamente era, e que o PDT, pela sua tradição, pela sua luta, pela sua defesa da democracia, deveria continuar participando do Governo. E a Direção Nacional do nosso partido e a nossa bancada entenderam que deveríamos dar a nossa contribuição.

Portanto, nós ainda participamos do Governo, ao contrário de outros partidos, como o PP, o PMDB e o PSD, que até ontem — e isso não é figurativo —, até ontem participavam efetivamente do atual Governo do Brasil, e não só com ocupação de Ministérios. Isso não seria participação. Não! Participavam efetivamente, direcionando políticas públicas.



Esses partidos respondiam pela política pública da saúde. Não há política pública mais relevante do que a da saúde. Esses partidos participavam da política pública da infraestrutura, uma das mais importantes também. E participavam de tantas outras políticas públicas de relevância para a vida do Brasil.

Dizer, agora, que não participavam do Governo, que não tinham responsabilidade no Governo que criticam, no Governo que dizem estar eivado de corrupção e que julgam sumariamente pela corrupção é uma falácia! Isso é algo que não cabe no bom debate, na racionalidade.

Nós preferimos manter o nosso compromisso, continuar participando do Governo e enfrentar o desafio que o Governo enfrenta neste momento. Esse é o nosso primeiro argumento, mas não é o mais importante.

Aqui, sobejamente, desfilaram antes de nós as manifestações da grande maioria dos partidos que integram a Oposição. E quais foram os principais argumentos para o *impeachment*? Mau governo, corrupção. Ninguém defende a corrupção, muito menos o PDT, mas está comprovado que a corrupção é sistêmica, e ela não envolve só o setor público nacional; ela envolve o setor privado nacional. Isso está nas páginas de todos os inquéritos, está nas páginas de todas as apurações. Ora, isso não é motivo suficiente para desconstituir um governo! Isso não é motivo suficiente para ruptura!

Qual é a imputação? Qual é a tipificação? Qual foi o crime praticado pela Sra. Presidente da República? Defendem os opositores, e o próprio relatório, do qual divergimos, que é o crime de responsabilidade por infração ao Orçamento nacional, através da publicação de decretos que não teriam legalidade.



Ora, nós temos posição divergente, mas vamos admitir, para o bom debate, para o bom argumento, que a posição daqueles que defendem o *impeachment* é respeitável, é defensável do ponto de vista jurídico, porque há um debate nacional de juristas, de advogados, ora defendendo uma posição, ora defendendo outra.

Nós do PDT preferimos reconhecer, respeitar essas posições, mas devemos dizer, companheiros de bancada, que, mesmo havendo a divergência, mesmo que a admitamos, isso não é suficiente para desconstituir um governo eleito, como foram eleitos o Governo Getúlio Vargas e a chapa da qual participava o ex-Presidente João Goulart, ambos desconstituídos pela ruptura, por aqueles que entendem que basta querer para desconstituir um governo eleito democraticamente.

Por tudo isso, pelas razões expostas anteriormente, pelo nosso legado, pela nossa responsabilidade, a principal razão pela qual o PDT é contra o *impeachment* é a defesa da democracia, a defesa do Estado Democrático de Direito. Aberto o precedente, não haverá democracia nem Estado Democrático de Direito que garantam as eleições nos Estados federados, as eleições nos Municípios nacionais, que foram realizadas democraticamente pelo voto popular. Todos os governos futuros também estarão comprometidos e poderão ser questionados pela quebra da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Quero falar um pouco dos fatos, quero falar um pouco do que está acontecendo hoje, do que vai acontecer no domingo, do que vai acontecer nos dias seguintes. Estamos aqui falando para o povo brasileiro, para aqueles que nos assistem: não se iludam! Não se iludam! O fato de este Parlamento, esta Câmara, no domingo, votar a favor ou contra o *impeachment* não oferece uma alternativa, uma luz para solucionar os problemas nacionais.



Vamos admitir, apenas para argumentar, que seja aprovado o *impeachment* no domingo, aqui nesta Casa. É preciso atentar para o fato de ser um processo que se inicia com a admissibilidade. Logo em seguida, vai para o Senado Federal, onde também vai ser constituída uma Comissão e onde vai ser revisada a decisão adotada pela Câmara, que poderá ser acolhida ou não. Eu estou indo de encontro à euforia daqueles que acham, pela simplificação, que o *impeachment* vai ser aprovado e vai resolver todos os problemas nacionais. Logo ali, vai haver o exame de mérito. O Presidente do STF vai presidir um novo debate, fará um novo exame e decidirá, em até 180 dias, se realmente haverá impedimento da Presidenta.

Vamos raciocinar. Isso é muito importante. Determinado o afastamento da Presidenta, assume o Vice-Presidente. Será, no entanto, um presidente que vai assumir com interinidade, com todo respeito aos eufóricos que constroem aqui um futuro governo. Isso é fato. Não há como fugir disso.

Em segundo lugar, ele vai assumir sem legitimidade, porque as próprias pesquisas mostram isso e aqui mesmo, nesta Casa, o debate que se processa mostra que não há legitimidade suficiente para aquilo que é mais importante para o Brasil. E o mais importante para o Brasil, seja qual for a decisão no próximo domingo, a favor ou contra o *impeachment*, é que oposição e governo... Amanhã, quem é hoje oposição poderá ser governo; quem é hoje governo poderá ser oposição. Por isso será fundamental construir um entendimento para um programa mínimo de salvação nacional.

Antes de tudo, precisamos pensar no Brasil. Temos que segurar as nossas diferenças, os nossos radicalismos, porque uma coisa é o Parlamento; outra coisa é o que acontece nas ruas. Nós do PDT não estimulamos o radicalismo. Nós do PDT,



no dia seguinte, seja qual for o resultado do *impeachment*, estaremos tentando construir as soluções para um programa mínimo, procuraremos alternativas que possam ajudar o Brasil a sair deste momento de grande dificuldade.

Por isso, expressamos a nossa firmeza, a nossa certeza, a nossa divergência com o relatório do respeitável colega e Relator Deputado Jovair Arantes. Nós divergimos, porque nós do PDT somos democratas, porque nós do PDT temos o legado da defesa do Estado Democrático de Direito, porque nós somos seguidores de Getúlio, nós somos seguidores de Jango, nós somos seguidores de Brizola. E nós vamos lutar até o último momento pelo povo brasileiro, pela liberdade, pela manifestação e pela construção de um Brasil melhor para todos, qualificando a vida do Brasil e superando este momento de grandes dificuldades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao grande Líder, Deputado Damião Feliciano.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para se governar uma nação é preciso, acima de tudo, bom senso, equilíbrio e serenidade. O impedimento do Presidente da República é um ato de enorme gravidade que só pode ocorrer em situações extremas.

No meu entendimento, não há base legal sólida o bastante para cassar o mandato de uma Presidenta eleita pela maioria da população, com uma eleição limpa e democrática.

Mais do que decidir sobre o resultado de um jogo político que tem como principal motivação a luta pelo poder, mais do que escolher o vencedor de uma



disputa sobre quem tem mais influência no Congresso Nacional, o que estamos discutindo aqui é a integridade do Estado Democrático de Direito.

Eu voto contra o *impeachment*, porque tenho a consciência de que essa é a melhor opção para o País. Eu não estou aqui escolhendo o lado de uma disputa, como quem escolhe a cor da camisa numa partida de futebol. Eu estou aqui declarando o meu voto depois de consultar a minha consciência sobre o que é o melhor caminho para o Brasil.

Cassar o mandato de uma Presidente eleita sem bases legais é um atentado contra a estabilidade política do País, um atentado contra a democracia e contra o Estado Democrático de Direito. O povo brasileiro está agindo de forma passional, motivado por sentimentos que conduzem a posições extremadas — e isso não é bom.

Quando é preciso decidir acerca de questões muito importantes, qualquer pessoa de bom senso procura refletir com calma e tranquilidade, neutralizando sentimentos que turvem a mente e conduzam a gestos impensados. Assim também deve agir uma nação preocupada com seu destino e com o futuro de seus filhos.

Conclamo, portanto, os cidadãos brasileiros e os Parlamentares aqui presentes para que ajam com serenidade, para que procurem o equilíbrio e o bom senso. Se agirmos de forma impensada e precipitada, poderemos lançar o País no território sombrio e desconhecido da desconfiança e da incerteza.

Nós do PDT temos tido uma posição crítica em relação ao Governo da Presidenta Dilma — uma ação de crítica responsável, como deve ser o comportamento de quem tem compromisso com o País.



Quem governa precisa ser criticado, porque essa é a forma de reconhecer seus próprios erros e de procurar melhorar. Mas a postura crítica que temos em relação ao Governo sempre aconteceu dentro dos limites da ordem democrática, porque nosso compromisso com a democracia é maior do que compromissos com interesses momentâneos e articulações partidárias.

A Nação está acima dos partidos. A democracia está acima da disputa eleitoral. Nós já tivemos exemplos muito claros de como não se pode decidir questões de Estado a partir dos movimentos inconstantes da opinião pública. Getúlio Vargas, o maior estadista brasileiro, estava acossado pela opinião pública e sentia a pressão de milhares de pessoas que saíam às ruas protestando contra o seu Governo.

Pois bem, no dia seguinte ao tiro no peito que o tirou da vida e o colocou para sempre na história, a situação mudou completamente e milhares de pessoas saíram às ruas em seu apoio.

O que nós devemos fazer é aprender com os nossos próprios erros. Não vamos repetir, mais uma vez, o equívoco de incitar as paixões populares e usar essas paixões como combustível para alimentar as engrenagens que produzem as decisões políticas.

Parcela expressiva da população brasileira não acredita que haja motivo para o *impeachment*. Os argumentos jurídicos são pouco convincentes. Não conseguiram convencer todos os cidadãos de que houve crime de responsabilidade fiscal. A condução do Orçamento e a gestão dos recursos públicos estão sujeitas a fatos incontroláveis, que tornam imprevisíveis as oscilações das receitas e despesas. Por isso, exigem ações circunstanciais cuja excepcionalidade não as torna ilegais.



Não houve crime da Presidente da República na gestão orçamentária nacional. Há quem discorde do Governo. Há quem critique o Governo. Há muitos que têm divergências ideológicas profundas em relação ao Governo, mas ninguém produziu ainda provas irrefutáveis de que a Presidenta Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade.

Sem isso, sem essa prova, o *impeachment* é uma decisão política, que pode macular o Estado Democrático de Direito e lançar o Brasil em uma trajetória imprevisível, instável e conflituosa. Votar pelo *impeachment* pode lançar o Brasil em uma trajetória arriscada, desnecessária e temerosa.

A ordem democrática determina que os governantes cumpram seus mandatos pelo período para o qual foram eleitos. Este é o caminho que nós devemos seguir: o caminho do equilíbrio e do bom senso, escolhido com serenidade.

A Presidente Dilma Rousseff foi eleita para governar até 2018. Esse foi o mandato que recebeu do povo brasileiro, e não existe motivo para contrariar de forma abrupta e traumática a vontade popular. Se não estamos pensando em vaidades pessoais ou em interesses mesquinhos, se estamos sendo movidos pelo interesse nacional, devemos conferir à Presidente Dilma Rousseff condições para terminar o seu mandato. Se fizermos isso, se estimularmos o diálogo e a conciliação, seguramente encontraremos meios para superar a crise econômica e para construir um projeto que atenda aos interesses desta Nação. Estamos aqui em busca de um caminho seguro e certo, que garanta tranquilidade e progresso aos brasileiros.

Meu voto é contra o *impeachment* e a favor do País, contra a insensatez e a favor da prudência, contra a disputa estéril pelo poder e a favor da unidade nacional,



a favor da legalidade, a favor do Brasil. Pelo futuro deste País, não devemos votar pela interrupção do mandato da Presidenta.

Voto “não”, contra o *impeachment*.

Obrigado. (*Palmas.*)

O Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, povo brasileiro, estamos vivendo uma quadra histórica importante. Não tenho dúvida de que, no momento em que nós Parlamentares compreendermos o que está acontecendo no nosso País, iremos ajudar o nosso Brasil a sair dessa grande crise.

Eu gostaria de lembrar a todos que não é a primeira vez na história do Brasil que estamos passando por dificuldades e que estamos diante de um muro de divisão, um muro de verdades em que cada lado, da sua forma, tenta expor a sua angústia, a sua luta e os seus sonhos.

Se, no final das contas, o Brasil estivesse com sua economia pujante, se o trabalho e o emprego estivessem a todo vapor, obviamente não haveria esse clima nas ruas. Mas sabemos que, ao tempo em que o Brasil foi atingido por essa grande crise mundial, começam a aparecer na nossa porta o fantasma do desemprego, o fantasma das incertezas, as dúvidas em relação à qualidade da política que nós vivemos. Não é à toa que os analistas dizem que o Brasil não vive apenas uma grande crise política, mas o Brasil vive uma grande crise moral.



Como eu disse agora há pouco, não é de hoje que lutamos batalhas e guerrilhas. E nós já superamos várias delas.

Você, meu amigo e minha amiga que estão em casa, já leu em seus livros de História ou já ouviu alguém comentar que o nosso País passou, de 1796 a 1799, pela famosa Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates, na Bahia.

Na Revolta dos Alfaiates, Sr. Presidente, o povo tinha um grande objetivo: imprimir ao movimento um caráter popular que defendia a independência e o fim da escravidão, o governo republicano democrático, o livre comércio e as atividades dos portos. Desde aquela época já existiam as lutas populares, e o povo — aquele bravo povo da Bahia — já estava nas ruas.

Lá, de 1789 a 1792, tivemos a Inconfidência Mineira, em nossa querida Minas Gerais, aqui representada pelo nosso Deputado que orgulha a bancada do PDT, Subtenente Gonzaga. Aquela guerra regional, o movimento separatista de Minas Gerais, deixou a sua marca, mas, com certeza, Minas Gerais tornou-se maior, e o povo se orgulha da sua história e das lutas que lá foram travadas. Eu tenho certeza de que isso ficou marcado, e Minas Gerais é um Estado antes e outro depois desse momento que vocês viveram, Deputado Subtenente Gonzaga.

De 1831 a 1845, tivemos a famosa Guerra da Farroupilha, no Rio Grande do Sul, companheiro Afonso Motta, que orgulha a nossa bancada e as pessoas conscientes deste País. V.Exa. é um desses bravos homens deste Parlamento que não se deixou levar simplesmente pela sensação de uma grande maioria. E, mais tarde, vou dizer o que é essa sensação. E V.Exa., quando solta o seu texto, Deputado Afonso Motta, dizendo que está hoje cometendo um grande crime, que é o



crime de ter o direito de ter opinião, o crime de pensar, o crime de ter lado, o crime de não se acovardar, é acusado, como se fosse um grande desertor.

Queria eu ser esse grande desertor com V.Exa. Quero ser desertor com V.Exa., porque o direito que nós temos hoje de estar aqui representando os nossos eleitores é o direito que cada um deles nos deu como obrigação para sabermos os momentos e o que se passa aqui dentro desta Casa, deste Congresso, nos bastidores. Nós sabemos que a consequência é a não resistência do que eles estavam tentando fazer que acontecesse domingo.

V.Exa. deu um exemplo, considerando a possibilidade de o *impeachment* passar. Eu nem vou dar esse exemplo, porque não vai passar. (*Palmas.*) Não vai passar, porque é óbvio que temos 172, no mínimo, homens e mulheres aqui que compreendem — e estão começando a clarear ainda mais este grande momento do Brasil — e não vão deixar que essa tentativa de tirar de forma violenta o mandato de uma pessoa eleita aconteça.

Tivemos a Sabinada na Bahia entre 1837 e 1838. Era um movimento de comerciantes liberais e oficiais militares contra os portugueses, que controlavam a maior parte do comércio e ocupavam muitos cargos administrativos, políticos e militares.

Entre 1938 e 1941, tivemos, no meu querido Maranhão, a famosa Guerra da Balaiada. A oposição popular era contra o monopólio político de grupos de fazendeiros e da região que utilizam a força e a violência para atingir os seus objetivos políticos e econômicos.

A Balaiada está viva! A Balaiada resistiu, Srs. Deputados, porque lá nós tivemos homens como Jackson Lago, que não teve medo durante a sua vida. Foi um



homem que se dedicou a uma coisa só: fazer o bem; um médico que teve todas as condições de tocar a sua vida profissional, mas se dedicou à política, enfrentando as situações mais adversas e dificuldades inimagináveis, que vocês podem ter como exemplo na política nacional.

O Dr. Jackson — três vezes Prefeito de São Luís, Governador do Maranhão —, onde quer que esteja, sabe, sim, o que é ser deposto através de um golpe.

Parece coincidência, mas os mesmos articuladores, os beneficiários do golpe contra Jackson Lago naquela época são os beneficiários de agora, caso esse golpe aconteça. Parece que está virando moda querer sentar na cadeira e exercer o poder sem ter votos.

Não vão sentar desta vez. Não vamos deixar, desta vez, acontecer, porque, para sentar na cadeira, para representar a população, tem que respeitar a Constituição e tem que ter uma coisa simples, senhores, chamada voto.

Da nossa Balaiada, nós tivemos a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. E, de 1983 a 1984, nós tivemos o movimento Diretas Já.

Lembro um artigo de um grande amigo, cuja história eu respeito, um magistrado, Dr. Osmar Gomes, do Maranhão, no qual faz referência a um sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos. Ele faz uma análise rápida, afirmando acreditar que o Brasil já estava com os pilares da democracia firmes, que o Brasil já não tinha mais dificuldade de imaginar, de pensar ou de sonhar que nós poderíamos viver a quadra que estamos vivendo.

Lá, ele faz uma comparação com a crise que nós vivemos em 1929. Nessa comparação, mostra que, de lá para cá, a pior crise que o Brasil viveu é a de agora. Aquela crise que nós vivemos em 1929 foi diferente, é claro, porque os fazendeiros



não exportaram; eles estocaram a sua produção, pois não tinham como escoá-la. Mas eles também não tinham como estocá-la e perderam essa produção. E todos sabem o que aconteceu.

Houve realmente uma grande dificuldade que o nosso País viveu naquele momento, tanto que, naquela época, nós tivemos o primeiro golpe de Estado, que foi a destituição do Presidente Washington Luís. Ele foi golpeado, porque não conseguiu segurar as dificuldades que o Brasil vivia naquele momento. Hoje, a crise que nós vivemos é profunda, porque, segundo Boaventura — e você que está me assistindo com certeza vai compreender isso —, é uma crise moral.

A população está indignada, ao mesmo tempo em que ela precisava estar muito feliz. Vejam só o contraste. Vejam só o que eu estou dizendo: a população está indignada com o que revelou a Operação Lava-Jato, com os escândalos que saem de manhã, à tarde e à noite. É um acusando o Governo Federal, outro acusando o Governo de São Paulo, outro acusando Prefeitura não sei de onde. Ao mesmo tempo, era para estarmos felizes, porque eu sou um brasileiro que acredito que, sempre, de um limão dá para fazer uma limonada.

Vejam só: parece que estão dizendo que descobriram a corrupção agora, em 2016, no Brasil. E nós sabemos que, durante muitos anos, a corrupção se entranhou de forma violenta, nojenta, no seio, nos pilares da sociedade, como bem disse aqui o Deputado Afonso Motta — e não só no poder público, mas também na iniciativa privada. Basta ver as listas que ainda não foram divulgadas de 30, 40 anos atrás, quando as grandes empresas já tinham as relações de propinas, de corrupção, aqui dentro do nosso País.



E aí eu digo que nós precisamos fazer uma limonada, porque este é um momento de depuração; é o momento de se reconstruir; é o momento de V.Exa. dizer, Deputado Subtenente Gonzaga, que nós não iremos mais admitir, daqui para frente, esse tipo de atitude e esse tipo de postura de quem quer que seja, porque as instituições, de verdade, estão funcionando.

Acabou a época de se guardarem processos nas gavetas. Acabou a época, Deputado Subtenente Gonzaga, de, simplesmente, não se julgar. E isso é importante, porque na hora em que você começa a punir de verdade todos os corruptos e a ir atrás dos corruptores, você começa, de verdade, a botar o dedo na ferida. E esse dedo na ferida vai ser debatido no dia a dia aqui, fortalecendo o Ministério Público, fortalecendo as leis de iniciativa popular, como foi a Lei da Ficha Limpa.

Ontem, eu li a entrevista do Juiz Márlon Reis, que foi o autor da Lei da Ficha Limpa. Só na eleição passada, houve mais de 500 indeferimentos de inscrições de políticos que não puderam mais participar das eleições. Foram indeferidas graças à Lei da Ficha Limpa, que chegou a esta Casa através da iniciativa popular.

O Márlon Reis dá a sua declaração se colocando e se posicionando contra o *impeachment*. Ele sabe que este, infelizmente, ainda não é o remédio para resolver o problema que vivemos.

Eu poderia enumerar várias autoridades intelectuais, várias referências dos movimentos sociais, eclesiásticos, de base, sindicais, empresariais também. Eu digo “empresariais”, porque não se pode generalizar, apesar de a FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo ter generalizado.



O PT precisa fazer essa reflexão. Vocês, que estão já há 12 anos pilotando esse ônibus, é hora de fazerem uma reflexão. Não poderiam ter feito isso. Foi um erro que cometeram. Faço o apelo para que a Presidente, segunda-feira, após vencer essa luta do *impeachment*, não só tire aquele muro ali da frente, mas prepare e pactue fazer uma mesa de diálogo, como também faça o que tinha que ter sido feito desde o início dos Governos do PT.

Fizeram vários enfrentamentos.

No meu Estado do Maranhão, hoje, apesar de muitas pessoas, de diferentes regiões, discriminarem o povo trabalhador honrado do Nordeste, hoje o povo pode tomar água gelada, porque há energia. Nós nos orgulhamos disso e também do fato de que hoje já existem muitas casas populares. Muitos acomodados das grandes políticas daqui de cima não sabiam que lá havia casas nem sequer que elas tinham banheiro, e agora têm.

O atual Governador do Maranhão lançou, já no seu atual mandato, o programa chamado Escola Digna. Esse programa tem como meta eliminar todas as escolas de palha que existem no Maranhão. E aí eu digo aos senhores que foram identificadas mais de mil escolas de palha ainda no Maranhão. O Governador Flávio Dino está nessa força-tarefa para eliminá-las.

É culpa da Dilma? Quer dizer que, das Prefeituras que são dirigidas pelo PSDB, pelo DEM, pelo PDT, por todos os outros partidos, nenhuma é culpada? Os sócios do Governo que acabaram de abandonar de forma rápida o barco não são culpados? Apenas ela é a culpada? Todos eles foram para outro lado, e amanhã vão dizer que são os novos santos da República e vão recomeçar tudo de novo?

É preciso refletir.



E aí, Sra. Presidenta, a senhora tem a responsabilidade de não ceder mais para quem tem muito. É preciso cumprir o que está na Constituição e taxar as grandes fortunas deste País. Para combater essa crise, quem tem mais é que tem que entrar com mais.

É um absurdo estarmos hoje com a nossa classe média totalmente inviabilizada, pagando juros de cartão de crédito que tiram o sono e a paciência de qualquer cidadão que paga imposto, pagando juros de cheque especial, e vemos os bancos ganhando juros e mais juros, milhões e mais milhões, lucros e mais lucros nos seus balancetes, que eles fecham a cada ano.

É preciso fazer essa reflexão.

Eu queria aqui lembrar a todos os senhores que, em 1950, quando houve a primeira tentativa de *impeachment* no Brasil, Getúlio Vargas teve a ousadia de resistir. É preciso lembrar-se daquele momento. Ele resistiu e foi considerado pela elite do País daquela época um grande criminoso, porque simplesmente foi o homem do trabalhador brasileiro. Getúlio se tornou a referência do trabalhismo no País. Ele foi o criador do Ministério do Trabalho, o criador da nossa CLT.

Ele enfrentou, naquele momento, os grandes desafios que tinham que ser enfrentados. Só que a pressão foi violenta. A grande mídia e a grande elite não suportaram imaginar Getúlio fazer um pacto social com a classe trabalhadora do nosso País. O seu grau de impopularidade era inimaginável. A pressão para que ele fosse “impeachmado” se tornou irreversível.

E Getúlio Vargas, Deputado Afonso Motta, cometeu um ato: deu um tiro no próprio peito. Isso fez com que mais de 200 mil pessoas fossem às ruas chorar a



sua morte. Os mesmos que estavam dizendo que era para ele ser “impeachmado” no outro dia estavam chorando a morte de Getúlio Vargas.

Vivemos a resistência de Leonel Brizola. Vejam só um homem como Brizola, que 50 anos atrás já construía brizoletas, construía escolas, dizendo que a maior arma que ele ia dar ao pobre, ao seu povo, era a educação. Ele sabia, assim como Darcy Ribeiro, que a educação era o instrumento que ia libertar o seu povo.

E, no momento das lutas importantes deste País, o que Brizola fez? Foi para dentro do Palácio e disse, na *Rádio Legalidade*, que de lá iria resistir. Mais de 45 mil bravos brasileiros foram para dentro do Palácio, ao redor da praça, e se aquartelaram, dizendo que ali eles iriam resistir, mesmo sabendo que existia autorização do general de guerra para se fazer a implosão do Palácio, com o povo todo que estava ali dentro.

A história é dura! Brizola teve oportunidade de ser Governador do Rio de Janeiro. Quem não sabe das lutas bravas, insanas, que ele travou com os grandes meios de comunicação deste País? Foram várias. Não foram poucas.

E, no momento da morte de Brizola, nós nos deparamos com muitos desses que apontavam para ele. Viram Brizola vivendo um momento de isolamento. Poucos estiveram do seu lado. Eles reconheceram ali toda a sua história. E tudo que ele falava parece que estava por acontecer.

Eu puxo hoje as lembranças de cada homem, de cada mulher que estava ali conosco. E aí venho dizer a você que está assistindo ao meu pronunciamento neste momento: nós do PDT sabemos que a solução para esta crise não será dada com uma varinha de condão. A solução para esta crise, primeiro, é ter um projeto para o País.



Por isso, temos a responsabilidade, como disse o Deputado Afonso Motta, de momento ajudar o Governo. Nós já estávamos com o Governo desde o início, e agora, neste momento difícil, não iríamos pular feito ratos, porque não o somos. Somos trabalhadores, homens e mulheres que acreditamos na nossa luta e iremos ajudar o Governo a atravessar essa quadra difícil.

Mas, lá na frente, quando passar essa tempestade, quando percebermos que esse carro pode seguir adiante, o PDT vai desembarcar. E vai desembarcar porque temos para o Brasil outro projeto. Nós temos um projeto de candidatura própria.

Nós não poderíamos ficar vendo essa polarização, que está cansando, que cansou o povo brasileiro, e não dar soluções concretas. Por isso, nós temos o nosso pré-candidato, que é o ex-Governador e ex-Ministro Ciro Gomes. E ele irá rodar com o PDT e com essa brava militância trabalhista ponta a ponta do Maranhão e do Brasil, para que possamos levar os ideais de Brizola, os ideais do trabalhismo e a experiência que ele acumulou ao longo da sua vida.

Quero aqui, Srs. Deputados, lembrar a V.Exas. que, nesta Casa, em 5 de outubro de 1988, um grande brasileiro, chamado Ulysses Guimarães, fez o discurso de promulgação da nossa Constituição. Olha, Ulysses Guimarães parece que estaria em todas as legislaturas colocando essas frases para que elas fossem repetidas. Naquele momento, ele colocou todas as lutas, reconhecimentos, as milhares de emendas populares, as milhares de sugestões, as dezenas de pessoas que entraram pelas 14 entradas que tem este complexo arquitetônico, como ele chamou, naquela época, Deputado Damião Feliciano. Naquele momento, ele chegou dizendo que esta Casa promulgava a sua Carta, mas ele lembrava que, para ser feliz, um



cidadão tinha que saber ler, tinha que saber escrever, tinha que ter direito à saúde, tinha que ter direito à educação, tinha que estar incluído na sociedade.

No seu discurso de promulgação da Constituinte, Ulysses diz:

“A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca.”

Naquela leitura, na Constituinte, ele diz: *“Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.”*

Ele diz — está nos Anais desta Casa — que traidor da Constituição é traidor da Pátria.

No momento que nós estamos vivendo, eu faço questão de repetir o que ele disse:

“Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o Estatuto do Homem da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra”.

Esse esforço de que ele fala, senhoras e senhores, quando diz que esta Carta é passiva de reformas, é óbvio. Não é à toa que, todo dia, apresentam uma PEC nesta Casa. Sempre queremos melhorar. Sempre queremos procurar alguma coisa diferente. E isso é legítimo, faz parte, e é por isso que o nosso Parlamento está aqui organizado.



Agora, organizar e melhorar não quer dizer conspirar, confabular, rasgar, atropelar a vontade popular, porque ela é a Carta que nos segura. Aqui, nesta tribuna, e ali na da esquerda, na da Oposição, houve vários discursos e críticas enormes — inclusive, assino embaixo de vários. Já tive várias oportunidades, nesta Casa, de dizer que nós podemos defender com a maior tranquilidade este Governo. Hoje, na atual conjuntura... Por exemplo, nas últimas eleições, o PT não esteve comigo no Maranhão.

Aliás, sugiro que também coloquem a mão na consciência, porque em suas primeiras lutas, as esquerdas e os movimentos populares estiveram do lado do PT. E, naquela época, o que fez o PT? O Presidente Lula, pelo pragmatismo da política, procurou encostar-se no PMDB, nos tradicionais da política do nosso País, e nos deixou lá, sofrendo. Nós sabemos o que sofremos na época em que o PMDB era o melhor amigo do PT no Brasil. Jackson Lago sabe o que ele passou.

Aqui, entretanto, a nossa luta intransigente não é para defender o PT; é para defender a Constituição Federal. Faria o mesmo se fosse o Presidente do PSDB ou de qualquer outro partido, porque a nossa posição é ideológica, porque nós sabemos o quanto pagamos durante a nossa luta política para poder defendê-la.

Quando eu reclamo, não quer dizer que eu não queira apoio de V.Exas., Srs. Deputados do PT. Quem sabe neste ano V.Exas. possam vir nos ajudar, apoiar e ver, agora, de verdade, quem foram os verdadeiros aliados que estiveram nos combates ao seu lado quando V.Exas. mais precisaram.

Nós sabemos que vamos ter muita batalha daqui para domingo, mas eu convido todos e todas para também participarmos da batalha que vai se iniciar na



segunda-feira — batalha esta em que nós temos que nos lembrar de uma das frases que Ulysses Guimarães disse na promulgação da Constituinte. Ele disse:

“Nós, os legisladores, ampliamos os nossos deveres. Teremos de honrá-los. A Nação repudia a preguiça, a negligência e a inércia.”

Temos que amanhecer segunda-feira já com uma mesa de diálogo, destruindo, tirando de vez, desconstruindo tijolo por tijolo daquele muro da separação e chamando cada homem e cada mulher para nos unirmos novamente, porque todos somos brasileiros, todos pagamos impostos e todos podemos ajudar a construir o Brasil com que tanto sonhamos. Quem é que não tem o sonho de ver o seu Estado e o seu povo vivendo melhor?

Na oportunidade que eu tenho aqui em Brasília, e que estou tendo, sempre luto para levar recursos e políticas públicas para ajudar o meu povo do Maranhão, porque eu sei o que eles estão passando lá, assim como o Deputado Damião Feliciano sabe o que ele passa na Paraíba todo santo dia.

Eu sei o que V.Exa. passa, Deputado Gonzaga, engajado nessa luta, às vezes ingloria, de mostrar que podemos, sim, combater uma das grandes dificuldades dessa população, que é a sensação de falta de segurança pública, e mostrar que a luta da segurança pode ser a luta também do cidadão que está lá na ponta. Temos que unir os dois.

A luta do Rio Grande do Sul, companheiro Afonso, é a mesma luta lá do Maranhão, claro que em Estados e realidades totalmente diferentes.

A cada amigo e amiga eu me reservo o direito de falar do meu Maranhão. Eu peço desculpas e licença para você que ainda não entendeu a gravidade que é nós



deixarmos passar esse *impeachment* domingo. Eu peço desculpas, peço licença, porque estarei aqui trabalhando para que isso não aconteça. E um dia você vai entender que a luta aqui não era para defender A, B ou C. A luta aqui era para defender uma Constituição clara.

Hoje, quando eu soube que a ex-Governadora do Maranhão estava no escritório, lutando para que esse *impeachment* passasse, foi quando tive a certeza de que estávamos no caminho correto. (*Palmas.*)

O Sr. Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Prorrogo a sessão por mais 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Convido o partido Solidariedade para a tribuna. O primeiro a falar será o Deputado Carlos Manato; o segundo, o Deputado Wladimir Costa; o terceiro, o Deputado Laudívio Carvalho; o quarto, o Deputado Fernando Francischini.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, eu aqui estou representando primeiramente a cidade de Alegre, onde nasci. Estou representando todo o povo capixaba, mais de 3 milhões e meio de pessoas, que eu tanto amo. Estou representando mais de 200 milhões de brasileiros que querem um Brasil livre, querem a libertação do nosso País.

Sr. Presidente, o PT, nos últimos dias, aprendeu a falar uma só palavra: “golpe”. Eu assisti, neste plenário, a uma aula maravilhosa sobre a Constituição e sobre Ulysses Guimarães. Parabenizo o Líder do PDT. Mas eu pergunto, nobre Líder: o PT assinou a Constituição? Eu quero saber se o PT assinou a Constituição. Eles não o fizeram. Este foi o primeiro golpe dado no Brasil. Um dos maiores estadistas do nosso País coordenou a elaboração da Constituição, e o PT não a assinou.

Sr. Presidente, eu sou médico; não sou advogado, mas, Graças a Deus, no nosso País nós temos advogados renomados. Três advogados, Hélio Bicudo, fundador do PT, Janaina Paschoal e Miguel Reale Junior, entraram com esse pedido de *impeachment* baseado em crimes cometidos, e um deles são as pedaladas fiscais.



O nosso querido Hélio Bicudo, há 22 horas, falava que as pedaladas fiscais foram um crime de lesa-pátria. Foi isso que eles fizeram para esconder as fraudes, para esconder o rombo, para esconder o que eles estavam fazendo com o dinheiro público. E esses juristas não ficaram sozinhos.

Aí, o PT invocou o Supremo Tribunal Federal. Muito bem! O Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, é o guardião da Constituição. E o que o STF disse? Disse que o *impeachment* está na Constituição, que não é golpe. Cinco Ministros do STF falaram isso, e um deles foi advogado do PT. Por que ele falou isso? Os Ministros Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Roberto Barroso, entre outros, falaram a mesma coisa. Quando o PT disse que era mais golpe, ontem, no Supremo, por 8 votos a 2, os Ministros disseram que nós estamos no caminho certo.

Eles tanto falam que é golpe porque esquecem, têm amnésia. Eu nunca vi gente para ter tanta amnésia como os integrantes do PT! Cadê os Deputados do PT aqui? Nem estão aqui, não vieram ou foram embora, porque estão com vergonha.

Sr. Presidente, em 1992, eu, que ainda era um jovem, era o velho dos caras-pintadas. Nós fomos para as ruas pedir a saída de Fernando Collor, nós gritávamos “*Fora, Collor!*” Eles estavam conosco. Naquela época, não era golpe. Aí ganhamos, tiramos um Presidente que era considerado um dos maiores ladrões do País, porque roubou um Fiat Elba. Mas agora, com o dinheiro que eles desviaram, dá para comprar 17 milhões de Elbas!

Aí, Itamar Franco começou a melhorar o nosso País. Mas eles entraram com pedido de *impeachment* querendo tirar Itamar Franco. Eu não entendi. Eu falei: “O que é isso? O cara nem começou a governar, e já o estão querendo tirar? Há alguma coisa errada”.



Em 1999 era “*Fora, FHC! Impeachment nele!*” Não era golpe, era constitucional. Agora, é golpe e não é constitucional! Não dá para entender, Sr. Presidente!

De 2002, retroagindo 10 anos, até 1992, foram 50 pedidos de *impeachment*, que não eram golpe! Eu não consigo entender essa matemática. Eu leio a Constituição como eles, que não a assinaram. Dessa forma, Presidente, não dá!

O que é golpe? Golpe foi em 2005 e em 2006, quando, para aprovar algumas reformas, o Lula, que é um gênio, inventou o mensalão. Zé Dirceu foi preso, João Paulo Cunha foi preso, Delúbio Soares foi preso, mas foi ele que inventou tudo isso. O que aconteceu? Depois que prenderam o Marcos Valério, que ganhou uma beiradinha de 200 milhões para ficar calado e preso, deu amnésia: “*Eu não conheço ninguém, eu não sei de nada*”. Isso não é golpe?

Em 2008, o Presidente Lula mandou o Conselho da PETROBRAS, presidido pela então Ministra Dilma, comprar a refinaria de Pasadena, que custava 50 milhões de dólares, por 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Ela assinou, ela leu, ela sabia! Não era golpe, dizem que foi amnésia, que não deram óculos a ela, que ela não soube ler. Mas assinou, porque ela já estava pensando em preparar caixa dois para a sua eleição em 2010. Foi isso que aconteceu, Presidente.

Aí, ela ganhou em 2010, com o dinheiro de Pasadena em sua campanha. Precisava, então, trazer para o Governo quem conhecia o esquema, um diretor do esquema. E quem era o diretor do esquema? Cerveró, que foi o primeiro. Aí, não é golpe. Cerveró era o melhor diretor do mundo, porque sabia do esquema. Naquela roubalheira toda, Cerveró era o rei.



E continuou, porque tinham que irrigar as campanhas do PT no ano de 2012. Por isso as campanhas eram milionárias. Agora nós sabemos de onde vinha o dinheiro. Mas não ficaram satisfeitos, Sr. Presidente. Não ficaram satisfeitos, e começou tudo. Quando entraram o Sergio Moro e a Lava-Jato, nós vimos o que estava acontecendo no nosso País.

Sr. Presidente, o que é golpe? Golpe é o que fizeram conosco na eleição, golpe foi aquele estelionato eleitoral. Golpe é falar que a gasolina não vai aumentar, e ela aumenta. Golpe são milhões de brasileiros desempregados, passando fome e necessidade, quando falaram que isso não ia acontecer. A energia aumentou, a inflação aumentou. Golpe é desviar dinheiro, pagar 100 milhões a João Santana lá no exterior. Isso é golpe, Presidente!

Golpe não é o que nós estamos querendo fazer, não. Nós estamos querendo libertar o Brasil. Nós queremos tirar o Brasil do PT, dessa sujeira que está aí.

Aqueles que são funcionários de estatal — da PETROBRAS, dos Correios, da ELETRONORTE — que prestem atenção, porque o fundo de pensão deles está quebrado! Estão tendo que dividir o salário para pagar toda essa roubalheira que está aí. Isso, sim, é golpe. O que queremos fazer aqui, não.

Nós estamos aqui até esta hora para defender um Brasil mais justo, para defender que se continue com o Bolsa Família em melhores condições, em que o beneficiado possa voltar ao mercado de trabalho. Queremos um PRONATEC decente, um FIES que tenha data para começar, mas não tenha data para acabar, pois milhões de estudantes estão saindo da faculdade porque cortaram o FIES. É isso que nós temos que fazer, Presidente.



Então, em nome do Espírito Santo, em nome da liberdade do Brasil, defendemos essas bandeiras. O Solidariedade foi o primeiro partido do País a defender o *impeachment*, e eu fui o primeiro capixaba a assumir essa bandeira. E não vou sossegar.

Eu tenho fé em Deus. No domingo, nós capixabas, nós brasileiros, nós que estamos nesta Casa falemos juntos, em voz alta, gritaremos: *“Impeachment já! Vamos libertar o Brasil!”*

O SR. WLADIMIR COSTA (SD-PA. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, povo brasileiro, meu amado Estado do Pará, foi dada a largada. Foi dada a largada para nós, Deputadas e Deputados, tirarmos o Brasil imediatamente da profundidade e da escuridão do abismo em que se encontra.

Nesta Casa nós vamos decidir, pelo voto dos Parlamentares, o rumo do Brasil. Qual é o Brasil que você quer? Quer o Brasil da sujeira, do roubo, dos escândalos, das prisões de Parlamentares, Deputados e Senadores, e de grandes empresários? Ou quer um Brasil decente para as nossas famílias, para os nossos pais, para os cidadãos que saíram dos mais distantes rincões a fim de levar seu voto de confiança e sufragar o Parlamentar com esse voto, para poder trazê-lo para cá? Foram eles que o trouxeram, foi o povo. Não foi Lula, não foi Dilma, não foi Ministro que o trouxe para cá. Foi o seu eleitor, o cidadão brasileiro.

Meus colegas, diante de tantos escândalos escabrosos, diante de tantas práticas delituosas, diante de tantas aberrações agressivas contra o povo brasileiro, V.Exas. indecisos, V.Exas. do voto “não”, o que querem mais? O que querem mais de prova para nós merecermos, para o povo brasileiro merecer, no caso, o voto do “não”? Indecisão, para mim, é algo absurdamente covarde. Mas, nobres funcionários



da Câmara dos Deputados, nobres jornalistas, o que levaria um Deputado a ser indeciso ou a inventar que, na véspera da votação, foi acometido de *chikungunya*, de dengue, de zika ou de outro mal qualquer, somente para no domingo não comparecer para votar? Será que é um frequentador assíduo do pseudoministério que funciona em um hotel de luxo?

Na cadeira desse pseudoministério, meu colega Deputado Paulinho da Força, meu Líder Genecias Noronha, meu querido amigo e colega Deputado Felipe Bornier, do meu querido Estado do Rio de Janeiro, está sentado um Ministro clandestino, de nome Luiz Inácio Silva, vulgo Lula — todo bandido tem “vulgo”, Pollyana.

É um entra e sai desse pseudoministério. Subornos ou tentativas de suborno, propostas indecorosas e indecentes ferem de morte o coração do Brasil e envergonham os filhos dos que as aceitam, que poderão sofrer *bullying*.

Que tipo de Deputado V.Exas. querem ser? Indecisos, ou indecentes, ou pessoal do voto “não” ao *impeachment*, V.Exas. ainda têm a grande oportunidade de mudar. Deus está lhes dando uma oportunidade. V.Exas. vão sair daqui como heróis e chegar aos seus Estados de cabeça erguida ou vão sair daqui como traidores do povo brasileiro e dos seus eleitores?

O que V.Exas. querem? Querem ser aplaudidos ao chegar ao aeroporto do seu Estado ou querem passar pelo que Zé Dirceu passou ao ser agredido em restaurante? Querem passar pelo que Palocci passou? Querem passar o que passou a Senadora Gleisi Hoffmann ao chegar ao aeroporto nesta semana, essa ladra que roubou 1 milhão de dólares no esquema que está sendo investigado pela Lava-Jato? Querido Deputado Fernando Francischini, ela foi chamada de ladra, ladrona, vaca, patifa. Já pensaram nos filhos dela? Eu nem falo no seu marido,



Paulo Bernardo. Aquilo é um vagabundo da pior espécie. É tudo farinha do mesmo saco!

Meus amigos, essa quadrilha é comandada por “*el papa*” de nome Lula e capitaneada pela capitã-tenente Dilma Rousseff. Os dois são piores do que Pablo Escobar Gaviria, El Chapo, Marcola do PCC, Fernandinho Beira-Mar. Eles são piores até do que Al Capone.

Povo brasileiro, eu calculei tudo o que esses meliantes perigosos — Pablo Escobar, El Chapo, Marcola, Fernandinho Beira-Mar, Al Capone — roubaram em suas trajetórias delituosas. Eu fui criado no mercado Ver-o-Peso, e todo feirante é bom em Matemática; pode até ser ruim em Português, mas é bom em Matemática. O que essas máfias roubaram em tráfico e favorecimento da prostituição equivale, meus amigos, a apenas 5% do que roubou essa quadrilha.

Alguns deles foram mortos, como Pablo Escobar, que foi morto em cima de um telhado. El Chapo conseguiu fugir, e já o pegaram lá pelas bandas do México. Marcola está preso. E nós vamos ver Lula preso.

Lula, os seus dias estão contados, seu pilantra! As suas horas estão contadas!

Eu quero a prisão de Lula. Eu quero também a prisão de outros asseclas, dos que participaram disso com Lula.

Alguém pode me perguntar: “*Deputado Wlad, Deputado do açaí lá do Pará, e a Dilma? Você a quer presa? Você quer vê-la atrás das grades?*” Não! Eu não quero ver Dilma atrás das grades. Sabem por quê? Porque a ex-Presidenta Dilma — ela já é ex-Presidente — é inimputável perante a lei. Essa senhora tem surtos psicóticos, é



movida a medicamento tarja preta, não responde mais pelos seus atos, virou marionete principalmente.

Dr. Sérgio Moro, não decrete a prisão de Dilma assim que ela perder o foro privilegiado. É uma pobre coitada. Ela precisa ser levada para uma clínica psiquiátrica, enquanto Luiz Inácio, vulgo Lula, deve ser colocado atrás das grades, além de outros meliantes perigosos que aí estão.

Meus amigos, eu abro um parêntese grande para dizer que ainda há tempo para revertermos os votos dos indecisos. Vamos acabar com essa indecência. Isso é sem-vergonhice, isso é covardia! Nós não aceitamos isso.

Domingo, Dilma será dilacerada politicamente, dentro deste Parlamento, pelas Deputadas e pelos Deputados decentes de todo o território nacional. Quero dizer ao meu Governador Simão Jatene que missão dada é missão cumprida e que eu, com o meu voto, vou colaborar. O Solidariedade vai, de forma unânime, assinar o seu nome na história.

Quero também, querido Deputado Felipe Bornier, que preside a Mesa, dizer o seguinte: antes de falarem do Vice-Presidente Michel Temer, lavem suas bocas com soda cáustica. É grande constitucionista, professor e palestrante nas maiores faculdades nacionais e internacionais. Respeitem esse homem!

Há poucos dias, V.Exas. estavam bajulando Michel Temer — ele era o melhor homem do mundo, era a pessoa mais decente do mundo —, e agora ele não presta para nada. Ele não pediu para ser Presidente. É só uma consequência ele assumir a Presidência da República.

Faço uma pequena pausa para tomar um pouco de açaí. *(Pausa.)*



Senhoras e senhores, a minha companheira Renilce, o povo do Solidarietà do Pará, Rui Reis, Andrei, todo o meu povo está mobilizado. Os momentos já estão sendo contados.

Vão prender muita gente — Sérgio Moro vai fazer uma festa a partir desta semana —, vão prender muito patife e vagabundo como Lula. Dilma eu não quero presa, não! Aquela mulher é doida. Ela é “bilé”. Ela está perturbada. Ela não fala coisa com coisa. Todos nós sabemos disso.

Eu quero aplaudir os Deputados e os partidos que estão unidos conosco para resgatarmos a decência neste País — Deputados sérios, apaixonados pela causa pública.

Quero dizer também, colegas Deputados, que muitos Parlamentares que estão se arvorando ou querendo votar “não” são candidatos a prefeito em suas cidades. Como é que vão ser prefeitos em suas cidades, votando com a quadrilha, apoiando a improbidade, apoiando a roubalheira e a safadeza, apoiando o que acontece por aí?

O que Lula e Dilma fazem é um acinte, é uma agressão, é uma aberração, Deputado Fernando Francischini, é um verdadeiro tiro de morte no coração, na alma do povo brasileiro. *(Dispara um tiro de lança-confete.)*

É isto que eles dão, um tiro no coração, aumentando a prostituição infantil, aumentando o índice de criminalidade, aumentando a agressão aos deficientes, aumentando a agressão ao índio, desrespeitando as pessoas que moram na rua.

Milhares de empresas e comércios, senhoras e senhores, estão cerrando as portas! Empresários e comerciantes lutadores, pais de família, estão chorando, lágrimas estão deslizando dos seus olhos. É muito triste ter que fechar uma empresa



que representou a realização de um sonho por causa de um monte de vagabundos comandados por Lula e pela psicótica ex-Presidente Dilma.

A história está escrita. Em Belém nós teremos um candidato a Prefeito que já exerceu o cargo lá por dois mandatos. Ele é do PSOL. É o ex-Prefeito Edmilson Rodrigues, que hoje é Deputado Federal.

Eu quero chamar a sua atenção: mude o seu voto, senão V.Exa. vai ser humilhado nas urnas de Belém do Pará, porque o paraense da Capital, ou melhor, o paraense de qualquer Município do nosso Estado não se curva ou dá voto a quem se alia a bandidos. Se realmente votar “não”, renuncie à sua candidatura enquanto há tempo.

Meus amigos, sou do Solidarietà com muito orgulho. Represento o Estado do Pará, o Tapajós, o Carajás, o norte e o nordeste do meu Pará. Sou tomador de açaí e comedor de maniçoba, com muito orgulho. E estou aqui com o coração esfuziante de alegria, de felicidade.

Imprensa decente do meu Brasil, pela maravilhosa cobertura da *Globo*, da *Record*, da *Veja*, da *ISTOÉ* e da *Época*, do UOL e do G1, dos blogueiros que não se curvam à imprensa marrom, parabéns do fundo do meu coração!

Uma moça de Curitiba, Joice Hasselmann — eu acho que era da *Veja* — cotidianamente denunciava sem medo, sem frouxidão, a safadeza que Sergio Moro, que Rodrigo Janot, que Deputados e Deputadas decentes combatem com mão de ferro, em favor da causa pública.

Nós vamos cassar Dilma. O lado que vai cassar Dilma não se mete em roubalheira, em safadeza.

“Ó Pará, quanto orgulhas ser filho



De um colosso, tão belo e tão forte;

Juncaremos de flores teu trilho,

Do Brasil, sentinela do Norte.

E a deixar de manter esse brilho,

Preferimos, mil vezes, a morte!”

Esse é o refrão do hino do meu Pará.

Parabéns, bancada decente do Brasil, de norte a sul, de leste a oeste deste País, que vai cassar e botar atrás das grades esses ladrões, meliantes, vagabundos, bandidos da pior espécie que levaram o Brasil ao caos em que se encontra!

Muito obrigado, povo! (*Palmas.*)

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, muito bom dia. São 3 horas e 31 minutos da madrugada de sábado. Estamos aqui há aproximadamente 18 horas, para transformar o Brasil em um novo País. Já são 18 horas de trabalho, 18 horas de certeza absoluta de que podemos e poderemos fazer do Brasil um novo País. Estamos, desde as 8 horas da manhã, nesta Casa, trabalhando com a certeza de que vamos tirar a Presidente Dilma Rousseff daquele palácio.

Eu tenho dito, senhoras e senhores, que lugar de bandido é na cadeia, e não no Governo. Eu fui um dos 54 milhões de brasileiros enganados pela Presidente Dilma Rousseff e por aquela quadrilha que se formou junto com a Presidente.

Eu, senhoras e senhores, no meu Estado, Minas Gerais, pedi votos para a Presidente Dilma e me arrependo amargamente. Por saber que o Governo do meu Estado, que é do PT, não cumpre compromissos, 6 meses depois das eleições, eu rompi definitivamente com esse partido, que é uma vergonha para o nosso País.



Eles não cumprem compromissos. Estão destruindo os projetos sociais, estão destruindo a educação, estão destruindo a saúde, estão destruindo os sonhos do povo brasileiro.

Que pena! Este é um País de trabalhadores, de pais de família sérios, de mães de família cheias de sonhos, de estudantes com vontade de vencer. Estamos vendo que a PETROBRAS está sendo dilapidada e que a saúde está no CTI e percebemos claramente que o nosso País está, ladeira abaixo, descendo a cada momento, a cada instante.

Nós temos que ter orgulho do Brasil, e não vergonha de ser brasileiros. A nossa bandeira não é vermelha. A nossa bandeira tem que ser verde e amarela, que são duas cores que representam o Brasil.

A Presidente Dilma, senhoras e senhores, vendeu ilusões para os brasileiros. Eu disse ainda há pouco que 54 milhões foram enganados. Cinquenta e quatro milhões de brasileiros votaram pensando em um País melhor. E estamos vendo o resultado: eles não cumprem aquilo que prometem.

Cadê os petistas, que deveriam estar nesta Casa na madrugada de sábado para ouvir as verdades ditas neste plenário? Aqui não estão. Com certeza absoluta, sem medo de errar, estão fazendo conchavos políticos, estão procurando tirar do muro aqueles indecisos e trazê-los para o lado da roubalheira, da safadeza.

Meus amigos e minhas amigas que acompanham os trabalhos na Câmara Federal através da *TV Câmara*, da *Rádio Câmara* e de outras emissoras espalhadas por todo o Brasil, ouçam bem o que eu vou dizer: o Brasil está podre por causa dos movimentos que estão sendo feitos pelo Palácio. O Brasil está estagnado socialmente. Ele não consegue crescer, porque 50 bilhões de reais são desviados



dos cofres públicos. O Brasil, meus senhores, é um país que merece respeito, é um país de trabalhadores. O Brasil não pode continuar da maneira como está.

Nós estamos pagando um preço muito alto pelo Governo que aí se instalou. Seis milhões e meio de brasileiros foram às ruas, e a Presidente Dilma não ouviu o grito do povo, não ouviu a vontade do povo! E agora ela terá que sair pela porta dos fundos. Agora ela terá que deixar o Governo, porque nós estamos aqui para representar a vontade desse povo.

O Solidariedade foi o primeiro partido do País a gritar com todas as letras: Fora, Dilma! Fora, Governo do PT! Fora, Governo que rouba ilusões, que arranca do povo a esperança!

Não dá mais, meus amigos e minhas amigas, para continuar do jeito como está. Eu voto pelo “sim”. Eu voto pela saída da Presidente Dilma Rousseff e de todos os seus seguidores que ocuparam aquele palácio.

Olha, estão dizendo que não vai ter golpe. E não vai ter golpe mesmo. O que haverá, meus amigos, minhas amigas, senhoras e senhores, será o *impeachment* de uma Presidente que arrancou sonhos do povo brasileiro; uma Presidente, fraca, que, ao fazer um discurso, não sabe o que está dizendo; uma Presidente que, noite passada, se propôs a falar para a Nação brasileira, mas recuou — e recuou porque o partido Solidariedade entrou na Justiça, pedindo a suspensão do pronunciamento dela. Com medo de um pannelaço, com medo do movimento das ruas, ela recuou. Ela não continuou com o seu propósito de usar o tempo do rádio e da televisão para falar para o povo brasileiro mais um monte de mentiras, mais um monte de enganações.



Aquele espaço que ela gostaria de ter usado na noite passada é o espaço destinado a que um Presidente da República traga notícias positivas para o seu País, para falar olhando nos olhos da população, e não para defender um Governo indefensável, um Governo caquético, um Governo que está no final.

Domingo que vem, senhoras e senhores, será o grande dia, o grande momento, a grande hora de passar o Brasil a limpo, a hora de cobrar da Presidente Dilma os compromissos que não foram cumpridos. Porque quem não cumpre compromisso tem de deixar o poder. O poder pertence ao povo, o poder emana do povo, o poder vem do povo e o poder tem que estar com o povo. O poder não pode estar entrincheirado, dentro do Palácio, quando, com canetadas, se descumpra a lei neste País.

As pedaladas fiscais, senhoras e senhores, foram, sim, crime. Foram a razão principal da criação do pedido de *impeachment*, da aprovação do relatório do Deputado Jovair Arantes, que não necessita de um retoque sequer numa vírgula.

Senhoras e senhores, nós do Solidariedade e de outros partidos que não se curvam à vontade do Governo — a vontade de transformar o povo brasileiro em um povo submisso — estamos aqui para votar o *impeachment* da Presidente Dilma.

Ela tem que sair imediatamente da Presidência. Domingo será o dia D — D de domingo, D de decisão, D de desafio. Domingo será o dia fatal para a Presidente Dilma e para a quadrilha que tomou conta do Brasil.

Quando o Juiz Sérgio Moro decidiu transformar o Brasil em um País digno, ele disse: “*Vamos prender aqueles que têm que estar atrás das grades*”. Assim tem sido. Figuras que eram consideradas intocáveis na República petista estão atrás das grades hoje, e outras deverão ser presos a qualquer momento.



Em Minas Gerais, o braço direito do Governador Fernando Pimentel foi preso ontem. Está atrás das grades. Aqui em Brasília não será diferente.

Quero encerrar dizendo que não vai ter golpe, vai ter *impeachment*, vai ter demissão por justa causa, por roubo, por furto, pela malversação do dinheiro público.

Meus amigos, o povo não quer mais! O povo não quer um Governo que ergue uma cerca contra o seu próprio povo. Quem está hoje no Palácio não o merece, mas, sim, uma cela na Papuda.

Voto “sim”! Vamos colocar a Presidente Dilma no olho da rua.

Acabou a boquinha! Acabou a boquinha! Tchau, querida!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela *TV Câmara*, por rádios, *blogs* e outras emissoras de televisão que cobrem a sessão de hoje, o PT diz que há um golpe em andamento. A Polícia Federal é golpista. O Ministério Público Federal é golpista. A Receita Federal é golpista. A Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, de acordo com as decisões que dão, são golpistas. O Tribunal de Contas da União é golpista. A Ordem dos Advogados do Brasil é golpista. As Confederações de Agricultura e de Indústria são golpistas. O Juiz Sérgio Moro é golpista. Dez milhões de desempregados são golpistas. Sete milhões de pessoas que foram às ruas são golpistas. O Vice-Presidente agora é golpista, mas antes era aclamado. O Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, todos os Deputados e Senadores, que já devem somar uns 380 Parlamentares, são golpistas. E 70% dos brasileiros — que, em pesquisa, são chamados por eles de coxinhas — são chamados de golpistas; na visão deles, querem dar um golpe.



Quem está certo: o PT ou mais de 70% de brasileiros que cansaram de assalto, roubalheira e achaque? Eu acho que quem está certa é a população brasileira, que cansou.

Golpe é criar o Foro de São Paulo com o intuito de fazer uma política de dominação ideológica de dezenas de anos. E o Foro de São Paulo traçou toda a estratégia dos petistas e da “esquerda caviar” vinculada ao PT para fazer um plano de dominação. E este plano de dominação, que saiu do comunismo bélico para o comunismo cultural, como dizemos, passava pelo segundo item.

O golpe é usar o BNDES para financiar as ditaduras de esquerda da América do Sul e algumas da África. Como? Usando dinheiro subsidiado com juros baixos brasileiros para fazer obras em outros países que tenham alinhamento ideológico. Um porto em Cuba. Para que investir em um porto no Brasil? Uma estrada em outro país. Para que tapar os buracos, apesar de haver gente morrendo nas estradas brasileiras? Para que uma usina no Brasil, se aqui a conta de luz está astronômica? Estão pouco se lixando para a população brasileira.

O que valia era pegar o BNDES, emprestar dinheiro a juros módicos, amarrar as empreiteiras que iam fazer as obras no exterior, combinar a propina e a corrupção, que iam voltar, simular doação eleitoral e achar que não ia acontecer nada. O único detalhe que eles não combinaram: não combinaram com a Operação Lava-Jato, não combinaram com a força-tarefa que envolve a Polícia Federal, o Dr. Sérgio Moro, o Ministério Público Federal e todos esses que são aclamados pela opinião pública brasileira e por todos nós.

Golpe é usar os fundos de pensão. Nós acabamos uma CPI que identificou 6 bilhões de reais em fraudes nos últimos anos nos fundos de pensão. Isso é dinheiro



do Governo? Não! É dinheiro do coitado do funcionário dos Correios, da PETROBRAS, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, que, agora, pela roubalheira, vai ter que pagar mais da aposentadoria e “x” anos a mais para cobrir o assalto que fizeram.

Golpe é usar o mensalão para comprar Deputados e Senadores para votarem os projetos de interesse do PT e dos partidos de esquerda.

Golpe é usar a Lei Rouanet para tentar pegar artistas e intelectuais para fazerem a defesa da bandeira vermelha, a defesa da implantação de uma política de esquerda para a opinião pública ver — mas com caviar nos bastidores, porque são os hábitos da maioria deles. Andam de jatinho, mas pregam que a população tem que andar a pé, na verdade.

Golpe é criar a política do “nós e eles”, fazendo uma divisão entre quem ganha Bolsa Família e quem é classe média alta, os ricos, os cozinhas.

Golpe é dizer que homossexual tem que brigar com heterossexual.

Golpe é dizer que todas as pessoas têm que ter atritos pela cor da pele — brancos e negros.

Golpe são todas as políticas que criaram, tentando causar diferenças entre nós brasileiros.

Golpe é a CUT usar contribuição sindical para bancar pão com mortadela para quem vem fazer campanha, para quem vem fazer a defesa do Governo, que está caído, que está ao chão.

Golpe é o MST usar armas, como as que foram apreendidas aqui na Esplanada dos Ministérios.



Golpe é a UNE e seus caras-pintadas, que vieram às ruas, mas, hoje, por causa das verbas do Governo, estão acovardados, escondidos e envergonhando a juventude brasileira.

Golpe é assaltar a PETROBRAS, é limpar o bolso da estatal, é defender que não queriam a privatização da empresa, mas a privatizaram para a corrupção.

Golpe é a situação de Pasadena.

Golpe é a Presidente Dilma ser a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS.

Golpe é todos os membros do Conselho estarem presos, envolvidos em corrupção, todos com as contas bancárias cheias de dinheiro, tendo devolvido dinheiro, e a Presidente Dilma dizer que não sabia de nada — mas não é bem assim, todos sabem.

Golpe é o índice de inadimplência do Minha Casa, Minha Vida, o maior já visto até hoje.

Golpe é agora ter de cortar o Bolsa Família, sob a alegação de que está sendo feita uma nova avaliação e que não há dinheiro para pagar o benefício, porque gastaram tudo em safadeza, em roubo.

Golpe é o que acontece com a reforma agrária. Há poucos dias, o Tribunal de Contas da União e, agora, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal identificaram mais de 570 mil pessoas em situação irregular. Exemplo disso é o fato de haver políticos e mortos recebendo terrenos destinados à reforma agrária.

Golpe é a segurança pública do nosso País não receber investimentos para as fronteiras. A Polícia Federal faz as grandes operações, mas, nos bastidores, está sem estrutura, sem independência financeira e orçamentária.



Golpe é a situação da saúde, com o zika e a dengue; de outro lado, o Programa Mais Médicos, para maquiagem a situação da saúde, pois faltam remédios, os preços nas farmácias populares aumentam e as UPAS prometidas não são construídas. As verbas estão restritas.

Golpe na educação é o livro didático com doutrinação ideológica.

Golpe é tentar fazer um currículo nacional único só com a visão bolivariana do partido que está no poder e dos seus asseclas.

Golpe é o corte de 8 bilhões da educação.

Golpe é a intimidação da CUT aos sindicatos vinculados a ela para não se manifestarem. Manifestam-se quando o Governador não é vinculado ao PT. Quando o Governador é vinculado a outros partidos, fazem greves, manifestações e ataques.

Golpe é prometer que o FIES bancaria a faculdade de milhares de jovens, que agora estão no último ano e não têm mais como pagar o sonho da sua família carente. Prometeram e não cumpriram.

Sr. Presidente, pedalada e empréstimo são o motivo do *impeachment*. Pedalaram, maquiaram, esconderam, mentiram na campanha eleitoral, porque, senão, nunca teriam ganhado essa campanha. Os brasileiros foram enganados. Foi 171, mentira! Nós assistimos, agora, sem entender o que aconteceu. Como é que conseguiram fazer tudo isso?

O Tribunal de Contas da União condenou a Presidente Dilma e as suas contas por essas pedaladas. Depois, vêm dizer que as pedaladas foram feitas para pagar os programas sociais. Só se foi o “Bolsa Empregado”, o “Bolsa Grandes Empresas”.



Eu finalizo, Sr. Presidente, dizendo que a minha bandeira jamais será vermelha. A minha bandeira é verde e amarela, é a bandeira que o Solidariedade defende para todo o País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar como Líder do PDT, concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, estamos atravessando esta madrugada com importantes debates, debates que esclarecem todos os interessados em participar, de forma direta ou indireta, desta grande discussão da quadra que vive o País.

Obviamente, este momento de discussão do *impeachment* é a continuação da luta política que não se encerrou em 2014. Quem perdeu a eleição naquele momento passou a sensação de que não ficou conformado.

Infelizmente, quem ganhou também não teve competência para fazer a construção necessária para evitar que chegássemos hoje a este momento de intransigência, de quase impossibilidade de convivência. É impressionante como os ânimos da classe política e das pessoas se acirraram, tanto lá fora como também aqui dentro da Casa!

É importante nós termos a clareza de que estamos aqui em partidos diferentes. A palavra partido se define como as partes, a soma de pontos de vista e de ideias por meio dos quais nós iremos criar uma maneira de fazer um bom debate, um bom diálogo, não um espetáculo pirotécnico, com *show* ou com qualquer tipo de fantasia.

Eu estou dizendo que é necessário que nós Parlamentares tenhamos condições de discutir o momento sério que estamos vivendo. Precisamos tirar o Brasil do momento difícil que vive, o que não será feito por meio de soluções mirabolantes, como rasgar a Constituição e retirar do poder a Presidente eleita.



É óbvio que este momento que estamos enfrentando precisa ser construído. Há que se retirar da pauta de discussão a intolerância e o inconformismo. Há que entrar na pauta de discussão o saber perder. Há que entrar na pauta da discussão o entendimento de que a Constituição prevê o tempo de se fazer o bom debate e de se discutir quem fica e quem não fica no espaço que está ocupando — esse tempo é o da eleição.

Este é um ano de eleição, ano para discutir se os prefeitos estão trabalhando bem, o que mais podem fazer, se o povo vai continuar ou não com eles. Ocorrerá a mesma coisa com os vereadores. Daqui a 2 anos e meio, em 2018, será a vez dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, dos Senadores, dos Governadores e do Presidente da República. Esses espaços de discussão têm data para ocorrer.

A regra do jogo é clara, e é óbvio que nós temos que jogar de acordo com a regra do jogo. O regimento que define a regra desse campeonato, a Constituição, não prevê que um mandato possa ser interrompido sem que tenha havido crime de responsabilidade — caso que estamos aqui discutindo.

Nós vamos continuar dizendo “não” ao *impeachment*, porque o *impeachment* é golpe, uma vez que não houve crime de responsabilidade.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra à Vice-Presidente Nacional do PTN, a Deputada Renata Abreu, que hoje faz aniversário. (*Palmas.*)

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PTN-SP. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Deputados e Deputadas; boa noite a todos que seguem madrugada adentro acompanhando os debates.

O que parecia tão fora de moda no PTN nunca se mostrou tão atual: a vassoura. Isto mesmo, a vassoura. A história, Sras. e Srs. Deputados, está nos dando uma grande oportunidade, a oportunidade varrer, nesta Casa, a sujeira que paralisa o Brasil — lembro-lhes que varrer não é jogar para debaixo do tapete. Temos a obrigação de aprender com os erros cometidos e de devolver o poder, imediatamente, a quem é de direito: o povo brasileiro.

Sim, Sras. e Srs. Deputados, estamos fazendo história. Do nosso voto vai depender o futuro do Brasil, um futuro que, diga-se de passagem, precisa ser bem melhor do que o presente.

Muitos dos meus colegas Parlamentares já enumeraram desta tribuna as causas e os motivos que resultaram neste processo de *impeachment*. Falaram dos problemas que o Brasil enfrenta, da grave situação econômica que tem resultado no fechamento de empresas e indústrias e, principalmente, afetado os trabalhadores, que dia após dia engrossam a fila do desemprego.

É importante salientar que, em meio a esta crise, o povo se sente abandonado, desprotegido, politicamente órfão. O cidadão está descrente dos políticos em geral: as últimas pesquisas mostraram que 73% da população não se identificam com partido algum. Não existem mais, no Brasil, partidos grandes ou partidos pequenos. Perdemos a nossa identidade junto à população.



Estamos atravessando um período de instabilidade política no Brasil e precisamos ir muito além do *impeachment* para resolvermos isso. Estamos vivendo uma crise gerada pelo enorme distanciamento entre a sociedade e a classe política.

Os brasileiros querem discutir e decidir conosco soluções para os problemas da saúde, da habitação, da falta de creches, da seca, da violência nas ruas, do desemprego. Querem opinar sobre a crise econômica, sobre os escândalos, sobre o *impeachment*. Vão para as ruas porque não conseguem falar conosco, não têm acesso aos seus representantes.

Esta é a nossa oportunidade de mudar a situação, de mostrar que estamos, sim, atentos à vontade do povo. É a nossa oportunidade de retomar a comunicação com a sociedade, de cumprir o nosso papel de representantes dos brasileiros.

Os brasileiros estão cansados de falar e gritar e de ver que ninguém os ouve. É chegado o momento, repito, de transformação, a hora de devolver ao povo a legitimidade do poder, de devolver a quem é de direito o poder de decisão.

Precisamos nos repensar como instrumentos partidários. Temos de virar a página e olhar para frente, para o futuro. Temos de plantar bandeiras que falem e ouçam a linguagem dos brasileiros.

Será que somos capazes de reatar o contato com o povo, de criar meios para que a sociedade, de fato, governe conosco? Com certeza, somos. Mas, para isso, é preciso aceitar que precisamos de um novo sistema, de uma nova forma de fazer política.

Dos atuais 200 milhões de habitantes no Brasil, 104 milhões ainda não haviam nascido quando da campanha das Diretas Já. Imaginem como eles encaram



o fato de ficarmos defendendo bandeiras estáticas, de anos atrás, em pleno mundo globalizado!

A grande verdade é que, quando se defende uma causa estática, perde-se toda a essência, e é isso o que está acontecendo com os partidos políticos. Não estão mais olhando para o futuro. Não se estão adequando às novas bandeiras e às novas causas, que não são mais estáticas, mas dinâmicas o tempo todo. Temos uma nova demanda.

Nós do PTN estamos trabalhando no reposicionamento do partido, porque a forma de comunicação mudou. Vivemos num mundo globalizado, recebemos informações de todas as partes do planeta, em milésimos de segundo. Comunicamo-nos à distância em frações de segundos; pagamos nossas contas sem sair de casa. Fazemos praticamente tudo pela Internet, em tempo real. No entanto, participamos do processo político de 4 em 4 anos.

O cidadão brasileiro não aceita mais isso. O mundo não aceita mais isso. O caminho para a mudança, meus amigos, é a tecnologia, para que as pessoas tenham participação direta em todas as principais decisões do País. Por que não usar o celular, a Internet — a minha geração se pergunta sobre isso —, para que os brasileiros possam decidir conosco as principais questões deste País?

A população tem que ter o direito de opinar sobre um projeto ou até mesmo orientar a bancada que elegeu, por meio de ferramentas e canais de comunicação. Isso é democracia em evolução, comunicação direta com o povo.

O movimento Diretas Já foi o primeiro passo. Nós conquistamos a democracia, mas, vejam bem, como tudo o mais que existe, a democracia precisa



estar em constante evolução, e o futuro da democracia é a participação direta do cidadão — a tecnologia já permite isso.

Numa democracia globalizada, o *impeachment* não deveria estar sendo decidido por nós Parlamentares. Deveria estar sendo decidido pelo povo, que quer fazer ouvir a sua voz; que não se contenta mais em opinar de 4 em 4 anos.

Mesmo longe dos partidos políticos, os brasileiros, principalmente os jovens, fizeram da tecnologia instrumento para discutir e opinar sobre o *impeachment*, posicionando-se sobre seus votos. Nunca se falou tanto em política quanto agora, principalmente nas redes sociais, graças aos avanços tecnológicos que conectam todos, não importando se estão no Norte ou no Sul, e em tempo real.

Com a população nas ruas, cobrando sua participação na condução do País, conseguimos dar importantes passos, dizendo “não” à impunidade, “não” ao desperdício do dinheiro público, “não” à corrupção, “não” a essa forma de fazer política de olho no próprio umbigo, mas ainda temos de avançar muito mais.

Nós do PTN concordamos com que o povo tem que ser protagonista da administração do País. Precisamos de uma evolução, não somente para colocar pessoas diferentes no poder, mas também para colocar um poder diferente em cada cidadão brasileiro. Falo de um poder que começa com o avançar da nossa democracia e que se concretiza por meio da construção coletiva de um sistema político em que o cidadão participe do processo e exerça seu direito de decidir as principais questões do Brasil.

Eu acredito no País onde o poder esteja conectado com o povo.

Eu acredito na democracia e a pratico todos os dias.



Na democracia praticada no PTN, as opiniões são debatidas e aceitas, sendo sempre respeitada a vontade da maioria. No nosso partido, nada é imposto; tudo é discutido e decidido, com argumentos firmes e sólidos.

Foi assim que construímos o nosso posicionamento favorável ao *impeachment*. A maioria esmagadora do nosso partido é a favor do processo, mas, respeitando aqueles que são contrários ao que a maioria pensa, nem por isso haverá confronto com aqueles que aqui votarão “não”.

Hoje, uma grande parcela da população pede a mudança dos governantes, mas há outra parcela que discorda do processo de *impeachment*. A efervescência social tem de ser debatida politicamente, de forma pacífica e respeitosa, sem ofensas, sem calúnias, sem perseguição ou imposição. Isso é democracia!

Agora temos mais um passo importante a dar: dentro de 48 horas, teremos uma escolha a fazer. Não é uma escolha entre dois partidos, senhoras e senhores, ou entre duas ou três pessoas, muito menos uma escolha entre forças adversárias. Temos uma escolha que se tornará fácil, se ouvirmos aqueles que nos elegeram.

São 70% dos brasileiros a favor do *impeachment* e 30% contra. Essa é a opinião do povo, e a opinião do povo deve ser ouvida, respeitada e representada por nós políticos. Esse é o nosso papel. Essa é a nossa obrigação como classe política.

Estamos diante de uma grande oportunidade de passar a limpo o Brasil, de respeitar as leis e ouvir as vozes que vêm das ruas. São vozes legítimas que políticos ultrapassados insistem em acusar de tentativa de golpe, na tentativa vã de silenciá-las. Estamos diante do privilégio de viver este momento histórico e de escrever uma nova história para o País. Estamos diante da oportunidade de



podermos voltar para casa e, olhando nos olhos dos nossos filhos, familiares e amigos, dizer: “*sim, somos políticos e brasileiros, com muito orgulho*”.

Esta é a oportunidade de tirar o Brasil das páginas policiais do mundo inteiro, o que tanto nos envergonha, e trazê-lo de volta para as manchetes de primeira página, com notícias que nos devolvam o orgulho e a dignidade. Esta é a oportunidade de banir para sempre a corrupção que tortura com requintes de crueldade os brasileiros mais pobres. Esta é a oportunidade de retomar o rumo do desenvolvimento e do crescimento, com o objetivo de promover oportunidades e proteger nossas famílias.

Eu sou Renata Abreu, Deputada Federal, e, respeito à democracia, em respeito aos brasileiros e a um novo Brasil, digo “sim”.

Impeachment já!

Muito obrigada. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Felipe Bornier, que preside a sessão neste momento, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente ressaltar o espírito esclarecido e democrático da minha querida Deputada Renata Abreu, que entende que a política é o espaço para o contraditório e para que ideias divergentes possam conviver pacificamente.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui lembrar um fato histórico. Há 2 mil anos, Pôncio Pilatos era o governador romano na Judeia. E, por causa de uma decisão errada, tomada por interesses próprios, até hoje é visto em todo o mundo como o maior covarde da História.

Longe de mim a ideia de estabelecer qualquer paralelo entre a figura da ilustre e respeitável Presidente Dilma Rousseff com a figura de Cristo. O que quero



deixar bem claro, neste início de pronunciamento, é que a história premia os que votam de acordo com a sua consciência, mas castiga duramente aqueles que votam errado, ao sabor de conveniências próprias.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, quando estamos aqui decidindo como vamos votar, estamos passando à história do Brasil. E por este voto, no domingo, seremos elogiados ou condenados pelas gerações futuras. Passaremos à história do Brasil como um defensor da Constituição e da democracia ou como mais um dos integrantes do golpe de 2016.

Não tenham dúvidas: o golpe contra um Governo legalmente eleito é uma ferida aberta na democracia. Quando votarmos, estaremos fazendo história. A cada Deputada e a cada Deputado caberá decidir se quer passar à história do Brasil apoiando o golpe ou a democracia!

Não se enganem: assim como os brasileiros que se referiram ao golpe militar como o redentor hoje se referem a ele como o golpe de 64, no futuro, esta tentativa de *impeachment*, que não tem base legal ou moral, será conhecida, se for aprovada pela maioria dos Deputados, como o “golpe de 16”. E cada um dos que votarem “sim” terá a sua parte de culpa nesse golpe.

Durante esses dias, tenho lido muito, em jornais nacionais e internacionais, sobre o processo que atravessamos e me chamou a atenção uma notícia publicada na imprensa francesa: a de que o Brasil está a um passo de depor uma Presidente eleita com mais de 54 milhões de votos para entregar o comando desta Nação a alguém que não tem sequer 3% das intenções de voto para Presidente nas próximas eleições, segundo as pesquisas de opinião.



Sem qualquer ofensa ou demérito do Vice-Presidente Michel Temer, esta é a verdade nua e crua. É uma verdade que, por si só, torna ainda mais evidente a tentativa de golpe. Torna ainda mais patentes as manobras de um grupo que tenta tomar no grito, para usar uma expressão bem brasileira, o poder que não tem condições de conseguir pela vontade do povo. Foram eles quatro vezes fragorosamente derrotados.

Eu, pela crença inabalável que tenho nas leis e na democracia, continuarei dizendo “não” a este *impeachment*, que não passa de um golpe. Repito: as minhas convicções não estão à venda e, a meu ver, nada nas denúncias apresentadas ou no relatório do Deputado Jovair Arantes comprova que a Presidente Dilma Rousseff tenha incorrido nos crimes de responsabilidade de que a acusam.

Esta é a minha posição. Continuarei votando “não” porque tenho um compromisso com o meu País e com o meu povo. Não quero entrar na história como integrante de um golpe. Porém, acredito que a democracia não busque a unanimidade, mas o respeito às opiniões alheias, para que possa prevalecer a opinião da maioria.

Quero, Sras. e Srs. Deputados, dirigir-me especialmente à bancada do Nordeste, aos Deputados do Nordeste, que têm responsabilidade com o povo nordestino. O tal programa Ponte para o Futuro é um programa de Estado mínimo. O tal programa Ponte para o Futuro quer reduzir as funções do Estado apenas à educação, à saúde e à segurança.

Como nós vamos ser um Estado forte? Como nós vamos ser um Estado que investe? Como nós vamos tirar o Nordeste das tristes condições em que ainda se



encontra, apesar do desenvolvimento econômico que ocorreu na nossa região nos últimos 14 anos?

A classe média nordestina saltou de 28% para 45% da população; 5 milhões de empregos eram o que os nordestinos tinham em 2002, e hoje são mais de 10 milhões de empregos formais; 21% viviam em situação de pobreza absoluta, e hoje isso caiu para cerca de 8% da população nordestina. O Nordeste respondeu, nesses últimos anos, por 61% da redução da pobreza do Brasil. Mais de 35 milhões de pessoas foram ajudadas pelo Programa Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda. Reduzimos a mortalidade infantil e a taxa de analfabetismo. Temos o Programa Água para Todos. Sete das 18 universidades criadas estão no Nordeste. Tínhamos apenas, Deputado Daniel Almeida, grande representante do Nordeste, 400 mil estudantes universitários. Hoje, já temos no Nordeste mais de 2 milhões de estudantes universitários. Quem fez isso? O Presidente Lula, a Presidente Dilma e as forças que dão sustentação a este Governo.

A Oposição é cega e por isso não tem o apoio das ruas. Vocês querem colocar a estabilidade financeira, a estabilidade fiscal acima do bem-estar do povo. Por isso, vocês não passarão nesta tentativa de golpe. Os brasileiros vão reagir, estão reagindo a isso. O Nordeste está de olho aberto em vocês.

Amigos e irmãos do Sul do País, principalmente paulistas, cujo progresso se deve tanto ao suor quanto ao sangue do povo nordestino, abram os olhos para este golpe que estão perpetrando no Brasil, tendo à frente uma burguesia atrasada, pré-capitalista, golpista.

Por isso, estou aqui dizendo e reafirmando: “não” ao golpe! Viva a Presidente Dilma! Viva o Brasil! (*Palmas prolongadas.*)



O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, público que nos acompanha neste momento, dos oito Parlamentares do meu Estado do Tocantins, seis votarão pela democracia, votarão pela legalidade, votarão pelo *impeachment*. E o Deputado Gaguim se inclui entre eles.

Sr. Presidente, fico a pensar, assistindo às sessões hoje o dia todo, que parece que estamos vivendo em outro país. Parece que não está faltando nada, nesta madrugada, nos hospitais. Parece que a população não é vítima, a cada dia, de assassinatos e assaltos à mão armada. Parece que não está acontecendo nada.

Fico a imaginar o que ocorre quando se assume um governo. Falo do meu Estado. É um Estado novo. É um Estado que não tem dívida. Mas ali, Sr. Presidente, meus nobres companheiros, está faltando tudo! O Governo Federal não está ajudando o Governo do Estado nas nossas estradas, nossas escolas.

Quando Governo daquele Estado, deixamos projetos e dinheiro em caixa, do PAC — PAC 1, PAC 2, PAC 3. E esse dinheiro sumiu. Esse dinheiro não foi para os Municípios. Os Parlamentares fizeram emendas de bancada, emendas parlamentares, e esse dinheiro não chegou aos Municípios, que é onde nasce e mora o cidadão, onde está a renda daquele pequeno agricultor, do pequeno comerciante, do médico, da dona de casa. E as obras — uma creche ou colégio digno para o seu filho — não foram feitas. Há 5 ou 6 anos não são feitas as grandes obras prometidas nas campanhas políticas.

O que está acontecendo é golpe? Golpe é enganar o povo. Não quero xingar ninguém, mas quero falar do sentimento do povo, que nos cobra. Mandei fazer uma



pesquisa, que durou 30 dias, em *outdoors*, *sites*, jornais, e constatei que lá no Tocantins 90% do povo quer que eu seja pelo *impeachment*.

Eu fui eleito para representar o povo. Eu não fui eleito para atuar em prol de partidos políticos. Represento hoje um partido, o PTN, no meu Estado. Quero representá-lo, mas ouvindo o meu povo do Tocantins, que me deu oportunidade de ser eleito por oito vezes — fui Vereador, Deputado, duas vezes Presidente da Assembleia, uma vez Governador e agora Deputado Federal. Mas o meu compromisso é com aquele que realmente precisa; é com a dona de casa; é com o meu amigo do Povoado Catarina que tem que fazer uma operação lá na minha Augustinópolis, mas não consegue, porque não há atendimento; é com a minha cidade de Palmas; é com a minha cidade de Porto Nacional, que tem um hospital que não sai do chão; é com a minha Gurupi, onde um hospital está sendo construído há 4 anos; é com a minha grande Araguaína, onde a construção de um hospital não termina. Isso é golpe!

Na minha Araguaína, um projeto de transformação da cidade em ZPE — Zona de Processamento e Exportação já está parado há quase 12 anos. Isso é golpe!

Na minha Xambioá, no meu Governo, deixei 160 milhões em caixa para fazerem uma ponte ligando Xambioá ao Pará, mas esse dinheiro sumiu. Isso é golpe!

O Deputado Carlos Henrique Gaguim está aqui, é bem pago e, como Deputado Federal, tem tudo do bom e do melhor. Mas e com o meu povo, lá no Tocantins, está tudo bem? Não está, não. São milhares e milhares de jovens que completam 18 anos e têm que ir para o mercado de trabalho, mas não há emprego.



Hoje, lá na minha cidade de Palmas, o que dá mais lucro é vender tecido em que se escreve: “Aluga-se” ou “Vende-se”.

Isso está atrapalhando a vida de cada cidadão. Nós temos que passar esperança para o povo. A esperança de dias melhores já acabou. Temos que dar mais oportunidades ao povo.

Quero deixar o meu abraço, o meu compromisso com o Brasil e com o meu povo do Tocantins.

Domingo quero ser o primeiro a chegar e o último a sair. Quero sair daqui com a grande vitória do Brasil e do Tocantins. Por isso, votarei “sim” ao *impeachment*. Farei isso pelos meus amigos, pelos desconhecidos, pelos milhões e milhões de desconhecidos, pelos milhões e milhões de pessoas que votam no Gaguim, que não tiveram a oportunidade de pegar na minha mão. Essa mão quer apertar a mão de todos. Essa voz quer votar “sim” pelo Brasil e pelo Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Estão encerradas as inscrições pelo PTN.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Falará agora o PCdoB. A primeira oradora é a Deputada Luciana Santos; a segunda, a Deputada Jandira Feghali; o terceiro, o Deputado Orlando Silva; o quarto, o Deputado Rubens Pereira Júnior; a quinta, a Deputada Alice Portugal.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas uma informação. O tempo da sessão se encerrará antes de o prazo concedido ao partido acabar...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - O tempo do partido continua.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Na sessão subsequente?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Isso.

Concedo a palavra à Deputada Luciana Santos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *“há dias que valem por séculos na história dos povos”*, dizia Karl Marx. Neste domingo à tarde nós teremos uma decisão de caráter estratégico, que impactará várias gerações de brasileiros.

Nesses momentos o PCdoB coloca os interesses do Brasil e do seu povo acima de tudo. Falo ciente da responsabilidade de trazer a mensagem de um partido de 94 anos, dos quais 60 anos de clandestinidade e perseguição. Por isso, sabemos bem o valor da democracia, da jovem democracia brasileira, que está sendo ameaçada.

Nessa votação histórica da Câmara dos Deputados, falo também em nome de uma militância corajosa e aguerrida. A democracia é um fundamento para o desenvolvimento soberano de nossa Pátria; é o caminho mais curto e mais eficiente



para superarmos as brutais injustiças e desigualdades sociais, regionais e econômicas do nosso Brasil.

A comunidade internacional está perplexa com a inversão de valores que está ocorrendo no Brasil. Pessoas acusadas de corrupção estão querendo dar um golpe em uma Presidenta honesta.

Entre as inúmeras manifestações mundo afora, destaco a da OEA, por meio de seu Diretor-Geral; da UNASUL; da CEPAL; do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Há declarações de líderes mundiais, como Felipe González, da Espanha, e José Mujica, do Uruguai, entre tantos outros.

A história guarda momentos memoráveis, em que esta Casa, este Parlamento brasileiro se levantou em defesa da legalidade e da Constituição. Quando falamos em democracia, não se trata de uma figura de retórica. Na verdade, a democracia é a forma de governo em que se podem representar os anseios da maioria e da minoria, é a chave para superar as lamentáveis manifestações de ódio e intolerância que estão ocorrendo como um grande e recente fenômeno no Brasil.

Deputados e Deputadas, aos traidores só está reservado o lugar do lixo na história. Nesses dias que antecedem as homenagens à coragem dos inconfidentes mineiros, é impossível não lembrar o ilustre pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, quando disse que no Brasil existiam dois partidos: o de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis; de um lado, o partido dos que defendem a liberdade e a democracia; de outro lado, o partido dos que defendem o entreguismo e o golpe. É hora de decidir em que lugar da história as senhoras e os senhores estarão.

A força motriz do atual golpismo é um conluio entre Michel Temer e o atual Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha, que é réu em sete processos no



Supremo Tribunal Federal. Conluio significa trama, significa conspiração, significa farsa com teor maléfico, mesquinho.

Há uma grande aliança entre PSDB e DEM, e o vetor principal de toda essa trama, toda essa farsa é a Operação Lava-Jato. É preciso enfatizar que, para nós comunistas é inegociável o combate à corrupção — aos corruptos e aos corruptores. No entanto, repudiamos o uso do combate à corrupção como mero pretexto para pisotear a Constituição Federal e disputar o poder político.

Se hoje existem ações de combate à corrupção, elas são fruto da luta democrática, medidas que foram fortalecidas desde 2003, no Governo Lula. Cito aqui apenas três delas. Neste País, o primeiro da lista para Procurador-Geral da República nunca foi nomeado no tempo de Fernando Henrique Cardoso. Quem não se lembra do famoso Geraldo Brindeiro, que conseguiu ter o apelido de “engavetador da República”?

Houve também outras medidas importantes, como a descentralização da Polícia Federal e o marco legal da delação premiada.

Nessa história toda da Operação Lava-Jato, Deputada Jandira Feghali, vasculharam a vida da Presidenta Dilma Rousseff. Realizaram, ao longo de 2 anos, todo tipo de investigação e, mesmo assim, nada encontraram contra a honra e a integridade da nossa Presidenta.

Marx dizia que a história se repete como farsa ou como tragédia. Na verdade, a exemplo do que se fez em outros momentos históricos, o discurso do combate à corrupção entra em cena para impedir um projeto político patriótico e popular. Foi assim em 1954, na oposição a Getúlio Vargas, e foi assim em 1964, na campanha



que levou ao golpe militar, que durou 21 anos e que tirou João Goulart da Presidência da República.

Num momento em que a Presidenta sequer é investigada, nós vamos aqui, no domingo, tomar uma decisão desse porte, dessa natureza, com as repercussões de quebra de institucionalidade que podem tornar este País um verdadeiro caos, pela instabilidade política que isso causará.

Quero aproveitar para ler o que está escrito no manifesto dos representantes do Ministério Público aos Parlamentares desta Casa:

“A edição de decretos de crédito suplementar para remanejar limites de gastos em determinadas políticas públicas autorizados em lei e os atrasos nos repasses de subsídios da União a bancos públicos para cobrir gastos dessas instituições com empréstimos realizados a terceiros por meio de programas de Governo são, ambos, procedimentos embasados em lei, pareceres jurídicos e entendimentos do TCU, que sempre considerou tais medidas legais, até o final do ano passado, 2015, quando houve mudança de entendimento do referido Tribunal.”

Foi isso o que brilhantemente falou aqui, nesta tribuna, o Ministro José Eduardo Cardozo.

Não há crime sem lei anterior que o defina e, muito menos, sem entendimento jurisprudencial. Se não fosse assim, a insegurança jurídica seria absurda, inclusive com relação a mais da metade dos Governadores e inúmeros Prefeitos, que sempre



utilizaram e continuam utilizando as mesmas medidas que, supostamente, embasam o processo de impedimento da Presidenta.

Não é à toa que um elenco de renomados juristas e um rol de respeitados advogados, em últimos atos e manifestos, atestam a demonstração de que isso é um golpe travestido de *impeachment* sem fundamento jurídico. Não há outro nome. Isso é dar um golpe de Estado sem a presença das baionetas, mas com as armas dos grandes meios de comunicação, que distorcem os fatos, disseminam mentiras e submetem a opinião pública a uma verdadeira ditadura de um só pensamento, de uma só opinião.

Aproveito, Deputados Daniel Almeida, Alice Portugal, Weverton Rocha e demais Parlamentares desta Casa, para me remeter a um grande ex-Deputado pernambucano chamado Josué de Castro. Esse grande intelectual ativista da luta contra a fome dizia: *“Um país é tanto mais forte quanto mais elevada a sua renda, mas é tanto mais feliz quanto melhor distribuída essa renda. É tanto mais próspero quanto mais acelerado o crescimento dessa renda”*.

Nós do Partido Comunista do Brasil somos testemunhas e construtores desse legado dos Governos Lula e Dilma, que contribuíram para que o Brasil se tornasse mais forte, mais feliz e mais próspero. Desde 2003 foi possível construir um País com maior acesso à educação, à saúde e à moradia. Lembro aqui as palavras apaixonadas da Deputada Benedita da Silva ao se referir exatamente aos resultados dessa construção, que permitiu que filhos de pedreiros e filhos de empregados domésticos se tornassem médicos, engenheiros, assistentes sociais e farmacêuticos, que tivessem, portanto, diplomas universitários. E os resultados são esses que podemos ver: a transformação do País através da educação, dando



oportunidade de inclusão social às milhares de Jéssicas que foram retratadas no filme da grande pernambucana Anna Muylaert.

O povo brasileiro reconhece essas mudanças. Por isso, não é honesto se aproveitar de uma crise econômica que, em boa medida, deriva dos efeitos da grande crise mundial do capitalismo e da crise política interna, de uma crise política fomentada por setores da Oposição que apostaram no “quanto pior, melhor” durante todo esse período desde a reeleição da Presidenta Dilma. Isso chega a ser um ato criminoso, que desrespeita a vontade popular.

É contra essas conquistas que as forças conservadoras hoje, Deputada Alice Portugal, se movem no Congresso Nacional. Hoje se vende a promessa segundo a qual com a simples saída da Presidenta Dilma a situação econômica vai melhorar. Nada mais falso! Ao contrário, se o *impeachment* golpista se impuser, além de pisotear a Constituição e mutilar a democracia, ele vai instituir um governo ilegítimo, porque não tem o voto das urnas; um governo que será contestado nas ruas e combatido por amplos setores da população, porque quer impor uma agenda retrógrada para o Brasil.

Os golpistas vendem a ilusão de que um governo chefiado por Michel Temer pacificaria o País e criaria condições para o Brasil superar a crise. Repito: nada mais falso! Ele não possui a confiança e o voto do povo para cumprir esses objetivos. Não se unifica uma nação com golpe de Estado. Não se resolvem graves problemas de um país com um governo e com um Estado de exceção.

O plano de Temer, outrora chamado de Uma Ponte para o Futuro, é, na verdade, uma ponte para o passado, ponte de regresso à tragédia do modelo neoliberal da década de 1990, dos tempos de Fernando Henrique Cardoso. O plano



de Temer é uma ameaça, Deputados Rubens Pereira Júnior e Chico Lopes. É uma ameaça às conquistas sociais e trabalhistas. Está no plano de Temer, em Uma Ponte para o Futuro, a desvinculação de receitas orçamentárias para saúde e educação. Para quê? Para drenar recursos para o superávit primário, para os rentistas deste País, para o mercado financeiro.

Nós precisamos garantir as conquistas da legislação trabalhista e da política do salário mínimo. Eles também, com certeza, retomariam as privatizações. Também entregariam o pré-sal, que é um ativo e patrimônio do povo brasileiro. Este Congresso, este Parlamento decidiu aplicar nada mais, nada menos do que 75% dos *royalties* do petróleo do pré-sal na educação brasileira, Deputado Davidson Magalhães e Deputada Jô Moraes.

Senhores e senhoras, Deputados e Deputadas, povo brasileiro, ao longo da nossa história, nos momentos decisivos da Nação brasileira, a força fundamental sempre foi o povo nas ruas. Estão nas ruas as herdeiras e heroínas do Tejucupapo, da restauração pernambucana. Estão nas ruas as herdeiras de Anita Garibaldi. Estão nas ruas as herdeiras de Olga Benário. São meninas e mulheres de muitos rostos e sorrisos, que estão nas ruas dizendo “não” ao golpe; que querem mais respeito aos seus direitos; que repudiam as odiosas expressões de machismo e de misoginia das quais a Presidente Dilma é vítima.

A juventude ilumina as ruas com alegria, com coragem, com esperança. A juventude tombou defendendo a liberdade, defendendo a democracia. A juventude diz que quer construir o futuro agora.



A consciência democrática do nosso País cresce. As manifestações a que nós estamos assistindo do dia 31 de março para cá vão para além da militância dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

O País ganha com o crescimento da consciência democrática, mesmo daqueles que fazem crítica ao Governo, de artistas, de intelectuais. Ganham as massas do povo, porque sabem o significado do retrocesso que nós estamos vivenciando no País.

A bandeira da democracia tem todas as cores. Nestes dias tivemos a alegria de ver grandiosos atos de toda a população brasileira, que reage ao golpe.

A consciência democrática de todas as latitudes do nosso País, do Oiapoque ao Chuí... *“Não vai ter golpe!”* Esses são os ecos que chegam a esta Casa.

Quero destacar o papel decisivo e elevado do Governador do Maranhão, Flávio Dino, do nosso Ministro Aldo Rebelo, desta bancada que está presente aqui na madrugada de hoje, a bancada do PCdoB, que, como dizia Castro Alves, é uma pequena bancada aguerrida, mas que tem o olhar nos Andes. Está aqui essa bancada corajosa. *(Palmas.)*

Quero, mais uma vez, fazer uma saudação especial à militância aguerrida do nosso partido, essa militância corajosa que já está acampando no planalto e nas ruas deste País para invadir as praças, os logradouros e as calçadas e gritar em alto e bom som que o golpe não passará.

Uma vez derrotado o golpe e respeitada a democracia, teremos o desafio da retomada do crescimento. Devemos trabalhar para construir um amplo pacto nacional reunindo forças que apoiam o Governo, bem como setores da Oposição



que tenham compromisso com o Brasil. Há base social, política e econômica para isso.

O Brasil é maior do que essa crise econômica e política. É preciso superar essa crise com a força do povo, derrotando essa política do “quanto pior, melhor”.

Neste momento decisivo para a democracia, nós os comunistas, a bancada do PCdoB, afirmamos alto e bom som: a aprovação da admissibilidade de um *impeachment* sem base legal, conduzida pelo Deputado Eduardo Cunha, réu no Supremo Tribunal Federal, é golpe.

Volto às palavras de João Amazonas, grande herói do povo brasileiro e inspiração para gerações de defensores do Brasil e de sua soberania, para reafirmar: *“Ninguém poderá impedir que os comunistas lutem pelo progresso do nosso País, pela defesa da Constituição da República, pela vitória completa da democracia”*.

Estamos firmes na luta! O golpe não passará!

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Vou encerrar a sessão.

Informo aos amigos do PCdoB que abriremos outra sessão em seguida e V.Exas. continuarão com a palavra.



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 5ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 5 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 4 horas e 44 minutos.)